

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

GISLEINE CRUZ PORTUGAL

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA
EXPERIÊNCIA DE GESTÃO**

Rio Grande - RS

2019

Gisleine Cruz Portugal

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA
EXPERIÊNCIA DE GESTÃO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação Ambiental
– PPGEA da Universidade Federal do Rio
Grande – FURG requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Educação
Ambiental. Área de concentração:
Educação Ambiental

Linha de Pesquisa: Educação Ambiental Não-Formal (EANF)

Orientadora: Prof^a Dr^a Dione Iara Silveira Kitzmann

RIO GRANDE, RS

2019

Ficha catalográfica

P853e Portugal, Gisleine Cruz.
Educação ambiental em unidades de conservação: uma
experiência de gestão / Gisleine Cruz Portugal. – 2019.
92 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental,
Rio Grande/RS, 2019.
Orientadora: Dra. Dione Iara Silveira Kitzmann.

1. Gestão Ambiental 2. Participação 3. Parques Nacionais
4. Conselho Gestor 5. Conservação 6. Educação Ambiental 7. ICMBio
I. Kitzmann, Dione Iara Silveira II. Título.

CDU 502.4:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Gisleine Cruz Portugal

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA
EXPERIÊNCIA DE GESTÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental, aprovada pela comissão de avaliação abaixo assinada:

Dione Iara Silveira Kitzmann
(Orientador - FURG)

Sandra Regina Lestinge (UFPI)

José Vicente de Freitas (FURG)

Rio Grande, 15 de maio de 2019

Dedico esta pesquisa a todos os laços que construí ao longo
desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Rosane, pelo suporte dado nos momentos difíceis, carinho incondicional e por acreditar sempre em mim.

Ao meu pai, Sérgio, pelas boas conversas e constantes palavras de reconhecimento do meu potencial.

Ao meu irmão Gustavo, por estar sempre presente na minha vida, como uma figura de paz e compreensão.

A todas pessoas da minha família, que de uma forma ou de outra sempre me deram inspiração.

À minha família construída em Rio Grande, sediada pela minha amada Casa Azul, em todas as suas configurações, Madrugada e Preta, por darem cor e amor à minha vida

Às mulheres inspiradoras que sou grata pela convivência de dividir minha morada, pela amizade, convívio e cuidado: Mariah, Camila, Iole, Nina. Este caminho se tornou possível graças à companhia de vocês.

Às mulheres inspiradoras que construíram comigo minha visão de mundo e me apoiaram em todas dificuldades: Camila, Priscila, Isabela, Marcella, Thays, Rachel, Elis.

Aos amigos e amigas que fiz pelo caminho, com laços que construí em Minas Gerais e hoje seguem pelos mais diversos caminhos, e que construí em Rio Grande, sem os quais eu não conseguiria construir minha caminhada.

À Capoeira Angola cujo movimento vivo acende meu corpo, meus ouvidos, meu olhar e minha subjetividade, e à todos os vínculos humanos criados por ela.

À Professora Dione Kitzmann por ter me recebido de braços abertos e pelo carinho com que me ajudou a conduzir este trabalho.

À banca que participou da qualificação e da defesa, que, enriqueceu este trabalho com suas contribuições.

À equipe do Parque Nacional da Serra do Cipó, por me receberem carinhosamente para realizar esta pesquisa.

Aos professores, técnicos e colegas do PPGEA/FURG, pelo bom ambiente de trabalho que sempre encontrei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento financeiro, possibilitando a dedicação integral a esta pesquisa!

À Universidade Federal de Rio Grande (FURG), pelos investimentos feitos a mim por me receber neste momento da minha formação

*Saiu o Semeador a semear
Semeou o dia todo
e a noite o apanhou ainda
com as mãos cheias de sementes.*

*Ele semeava tranquilo
sem pensar na colheita
porque muito tinha colhido
do que outros semearam.*

*Jovem, seja você esse semeador
Semeia com otimismo
Semeia com idealismo
as sementes vivas
da Paz e da Justiça.*

(Cora Coralina)

RESUMO

Este estudo de caso foi realizado no Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) com o objetivo de identificar as temáticas, práticas e desafios relacionados à promoção da Educação Ambiental Crítica no contexto de gestão participativa do referido Parque. Foi realizada então, uma pesquisa qualitativa descritiva, com estratégias de pesquisa ancoradas por triangulação de dados, através de um estudo prévio exploratório sobre o Parque com anotações em diário de campo, entrevistas com os gestores e análise documental de atas de reuniões, totalizando 17 atas. Os resultados indicam que existem desafios que necessitam ser superados para se promover uma ação pedagógica organizada em formato de projeto, voltado para a recepção de escolas, que seja vinculado ao currículo escolar. Por outro lado, o que se percebe é a predominância da Educação no Processo de Gestão Ambiental, de forma que a gestão do Parque tem como foco de suas práticas educativas o incentivo da participação da comunidade, o que se manifesta em suas políticas internas de funcionamento. Percebe-se ações voltadas para a gestão de conflitos e promoção do diálogo com os atores sociais envolvidos. As temáticas sobre Educação Ambiental surgidas em reuniões do Conselho Gestor são relacionadas à dinâmica da realidade vivida e suas contradições, que balizam as temáticas surgidas, de forma que os atores sociais passam a intervir na realidade, participando das decisões. O aspecto formativo deste espaço se configura através da institucionalização da participação, em que os atores sociais se fazem ouvir e suas necessidades são legitimadas. Em comparação com o contexto brasileiro, o Parque estudado apresenta avanços relacionados às iniciativas de aproximação entre Parque e comunidade, porém a luta pela participação ainda não acontece, sendo ainda encarregado ao Estado, na figura do ICMBio, o papel de promovê-la, o que levanta questionamentos sobre o verdadeiro sentido da participação.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Participação. Parques Nacionais. Conselho Gestor. Conservação. Educação Ambiental. ICMBio.

ABSTRACT

This study was carried out in Serra do Cipó National Park (MG) in order to identify the themes, practices and challenges related to the promotion of Critical Environmental Education in the context of participatory management of the mentioned Park. A descriptive qualitative research was carried out, with research strategies anchored by triangulation of data, through a previous exploratory study about the Park with field notes, interviews with managers and documentary analysis of minutes of meetings, totaling 17 minutes. The results indicate that there are challenges that need to be overcome in order to promote a pedagogical action organized in a project format, aiming the reception of schools, linked to the school curriculum. On the other hand, what is perceived is the predominance of Education in the Environmental Management Process, meaning that the Park's management focuses on its educational practices encouraging the participation of the community, which is manifested in its internal policies of operation. Actions focused at conflict management and promotion of dialogue with the social actors involved can be seen. The themes on Environmental Education that arise in meetings of the Management Council are related to the dynamics of the reality and its contradictions, that guide the issues that have arisen, so that the social actors can intervene in the reality, participating in the decisions. The formative aspect of this space is set up by the institutionalization of participation, in which social actors are heard and their needs are legitimized. In comparison with the Brazilian context, the Park studied presents advances related to the initiatives of approach between the Park and community, but the role of promoting participation is still in charge of the State, which raises questions about the true meaning of participation.

Keywords: Environmental management. Participation. National Parks. Board of Directors. Conservation Environmental Education. ICMBio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEBio – Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade

APA – Área de Proteção Ambiental

APPs - Áreas de Proteção Permanente

APAMP – Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira

CEAC – Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação

CGSAM – Coordenação Geral de Conservação Socioambiental

COEDU - Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio

DISAT – Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação

EA – Educação Ambiental

Encea – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

GT – Grupo de Trabalho

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MG – Minas Gerais

MIF - Manejo Integrado do Fogo

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PARNA – Parque Nacional

PNSCI – Parque Nacional da Serra do Cipó

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PPPEA – Projeto Político Pedagógico das Unidades de Conservação Federais mediados pela Educação Ambiental

Prevfogo - Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Acordos estabelecidos no âmbito do Conselho Gestor e respectivo responsáveis, expressos na Ata de Reunião de 03/12/14.....	61
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Princípios da Encea	28
-------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 OBJETIVOS	18
2.1. Objetivo Geral	18
2.2. Objetivos específicos.	18
3 REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1. As Unidades de Conservação e os Parques Nacionais.	18
3.2. A Educação Ambiental e como ela se configura no contexto das UCs.	25
4 METODOLOGIA	35
4.1. Descrição do contexto de estudo: O Parque Nacional da Serra do Cipó.....	35
4.2. Estudo exploratório e entrevistas com os gestores	36
4.3. Pesquisa documental.	37
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5.1. Os (des)caminhos da pesquisa: os traços que se encontram	38
5.2. A Educação Ambiental e os desafios da Gestão	40
5.3. O Conselho Gestor e as nuances da Educação Ambiental.	51
I. Isonomia e equidade entre grupos sociais e intrainstitucional	52
II. Valorização da cultura e conhecimento tradicional local	59
III. A emancipação dos sujeitos e a participação	65
IV. O pensamento crítico e a ética ambiental.	70
V. Diálogo e interatividade	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
7 REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO I.....	87
APÊNDICE I.....	90
APÊNDICE II.....	91

Apresentação

Na nossa trajetória somos atravessados por diferentes experiências, sensações e produções de sentido, que se expressam nos mais diversos aspectos da vida, nos acompanhando a todo tempo. Assim como qualquer produção humana, um trabalho de pesquisa nasce a partir de motivações, que apresento neste primeiro momento para construir junto aos leitores um entendimento do caminho que percorro no sentido de tornar-me uma educadora ambiental.

Iniciei minha graduação no curso de Psicologia, em que as disciplinas de Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicanálise e Psicologia Social, me proporcionaram o primeiro contato com o entendimento das construções sociais e as contradições do mundo moderno, e a forma com que elas afetam a vida das pessoas, sendo determinantes no seu estilo de vida. Porém, permeada por diversos fatores, não concluí o curso de Psicologia, e após algum tempo de reflexão, fiz uma transferência para o curso de Ciências Biológicas. Nesta nova fase, tive a oportunidade de conhecer as nuances do mundo tido como “natural”, com espécies de belezas e comportamentos singulares, relações ecológicas, biomas e ecossistemas que compõem o nosso planeta. Apesar de me sentir encantada com estas descobertas, nunca perdi o olhar sobre a condição humana no mundo e as relações que são construídas, entre sua própria espécie e com o restante do planeta, inquietação que seguiu ganhando espaço, até se traduzir em um profundo interesse pela Educação Ambiental (EA).

Foi com este pano de fundo que busquei meus primeiros contatos com a Educação Ambiental. Assim como colegas ligados às ciências biológicas, este contato se deu através de iniciativas dentro da Universidade, em momentos como visitas a escolas e intervenções em feiras de ciências, e espaços como museus, horto botânico, e iniciativas com objetivo de falar sobre curiosidades do mundo animal e vegetal. Após esta fase, comecei a ter experiências como voluntária em Parques Nacionais (PARNA), auxiliando no ecoturismo e gestão das Unidades de Conservação (UCs), lugares que despertavam em mim um verdadeiro encantamento pela sua biodiversidade e paisagens inspiradoras. Ao mesmo tempo, eu podia enxergar contradições no cotidiano destes lugares,

como sucateamento e difíceis condições de trabalho para pessoas que possuíam forte sentimento de pertencimento¹ pelo lugar, além da promoção de práticas de Educação Ambiental que muitas vezes não davam conta da diversidade de aspectos da realidade que poderiam ser discutidos em um espaço tão rico.

Tais experiências me conduziram a uma busca por um aprofundamento nos estudos sobre a Educação Ambiental crítica: uma abordagem pedagógica contextualizadora, que coloca no debate ambiental a problematização das contradições do modelo de desenvolvimento, politizando-o e articulando a dimensão sociocultural na relação entre o ser humano e a natureza (LAYRARGUES, 2012). Assim como levanta o autor, ela é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas reducionistas, com ações apolíticas e carentes de historicidade.

A forma que encontrei de agregar tais ponderações à minha experiência prática com as Unidades de Conservação voltaram meu interesse para a questão da gestão participativa e envolvimento da comunidade na tomada de decisões nestas áreas, temática presente em outros estudos (CALANDINO, 2016; CARDOSO et al., 2015). Isto se deve ao fato de que nos espaços de gestão em que as demandas dos atores sociais são ouvidas, a realidade vivida se expressa no cotidiano, podendo dar subsídio para a promoção de uma Educação Ambiental mais adequada com a realidade, sem se resumir a práticas superficiais ou generalistas. A figura do Conselho Gestor e suas ações se apresentaram então como um potencial objeto de estudo que poderia responder às minhas inquietações, o que ganha forma neste trabalho.

A escolha do lugar deste estudo se deve a uma experiência em um Parque Nacional, chamado Parque Nacional da Serra do Cipó (MG), em que atuei como voluntária em 2013. Tive, naquele lugar, uma experiência muito marcante, não só pelas belas paisagens que pude conhecer, como também pela boa recepção e relação de trabalho construída com os gestores, e amizades fortalecidas pela companhia nos dias que ali se passaram. Reconheci, portanto, a vontade de visitar não só o lugar, mas também o sentimento de realizar um

• ¹ A ideia de pertencimento aqui utilizada é a proposta pela Encea (MMA, 2010), que se trata da identificação das pessoas com o território e a necessidade de resgatar nos sujeitos da ação o sentimento de pertencer a um grupo, a um contexto sócio-político e cultural definido e, assim, estimulá-los a interferir em suas realidades.

trabalho num espaço tão significativo na minha trajetória pessoal e profissional.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a Educação Ambiental no país perpassa por variadas temáticas e diferentes objetos de estudo. É uma área que busca ampliar e aprofundar as reflexões sobre as relações humanas com a natureza, da qual faz parte, tentando assim compreender quem somos e o que buscamos com nossas ações, e à qual ideia de sociedade servimos e estamos dispostos a construir. Ao pensarmos sobre todos estes aspectos podemos identificar um leque tamanho de possibilidades de temáticas de estudo, nos ajudando a compreender o que alguns teóricos nos mostram sobre a multiplicidade de abordagens e referências existentes nesta área do conhecimento (LOUREIRO et al., 2004). Ao reconhecer este pressuposto, podemos então voltar nosso foco para a abordagem presente nesta pesquisa, a Educação Ambiental Crítica. Alguns autores se dedicaram a trabalhar com esta abordagem, e busco com esta pesquisa ampliar este debate, fazendo dialogar a experiência em campo com o corpo teórico existente.

É preciso, em primeiro lugar, reconhecer a complexidade da questão ambiental, buscando incluir em nossas ponderações os valores presentes no nosso modelo de sociedade, que reproduz uma lógica de desenvolvimento que tende ao infinito às custas de recursos naturais finitos e um sistema econômico predatório que apresenta a destruição desenfreada da natureza, o individualismo e a injustiça social como condições de sua manutenção (GUIMARÃES, 2012). Em algumas iniciativas educacionais não se discute, por exemplo, a atribuição de diferentes níveis de responsabilidade aos diversos atores sociais que provocam a degradação ambiental e depleção de recursos, em diferentes níveis, nem o quanto o risco ambiental produzido por atividades predatórias são distribuídos de forma desigual, caindo sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade social (ACSELRAD, 2005). Além disso, existe um padrão de acumulação monetária com um fim em si mesma, em que todo e qualquer recurso deve ser aplicado à produção para o lucro, aprofundando a crise socioambiental que nos encontramos (LOUREIRO, et al., 2004).

Portanto, buscamos trabalhar aqui uma ideia de Educação Ambiental focada no debate político e social, buscando superar a dicotomização entre

sociedade e natureza, em que esta é tratada ou como mera fonte de recursos para manutenção do estilo de vida humano, ou ainda como uma entidade paradisíaca idealizada, em que a “sensibilização” e “reconexão” dos indivíduos a ela são o foco das abordagens educacionais (SAITO, 2012). Tratamos aqui de uma Educação Ambiental que busca promover um entendimento crítico da realidade vivida pelos atores sociais, que incentive sua atuação lúcida e responsável na busca de uma sociedade ambientalmente mais justa, em que as questões ambientais são entendidas não só sob o aspecto tido como “natural”, mas também através das dinâmicas sociais e políticas que as envolvem. Assim, coloco como referencial teórico deste trabalho a Educação Ambiental Crítica, que defino aqui como aquela que concebe o problema ambiental como algo associado às contradições do modelo de desenvolvimento, reconhecendo suas dimensões políticas e socioculturais, sendo estas centrais na mediação da relação entre ser humano e natureza. Ela busca, por meio de suas reflexões e práticas, a superação da desigualdade e da injustiça ambiental, trabalhando conceitos-chave como cidadania, emancipação², participação e controle social nas políticas públicas (LAYRARGUES, 2012).

As Unidades de Conservação, mais precisamente os Parques Nacionais, são espaços onde existe uma ampla gama de possibilidades de promoção de ações educativas. Eles são conhecidos por funcionarem como áreas privilegiadas de recreação, se configurando como espaços ricos para se trabalhar temáticas ambientais com uma ampla variedade de metodologias (PROJETO DOCES MATAS, 2002). A interação dos sujeitos com a mata e trilhas interpretativas, por exemplo, podem despertar processos cognitivos nos visitantes, essenciais no processo de ensino e aprendizagem, que possibilitam a reconstrução do conhecimento em relação ao ambiente (SERPE, ROSSO, 2010), sendo espaços ricos para a recepção de escolas e outros grupos de visitantes. Para além disso, a escolha de um Parque Nacional como local de pesquisa deste trabalho se deve ao reconhecimento do potencial socioeconômico desta categoria de UC cujos benefícios associados a sua existência podem auxiliar na geração de renda da comunidade, incentivando o

² Entende-se aqui por emancipação o conceito abordado por Loureiro (2012), em que ele discorre sobre a busca da realização da autonomia e liberdades humanas em sociedade e a construção de uma atitude crítica diante da realidade.

comércio e o turismo, valorizando a cultura local (PELLIN et al., 2014). Tais potencialidades, porém, podem ficar sujeitas às decisões de gestores, que sofrem influências das particularidades locais, pressões políticas e territoriais, expectativas sociais.

Os conflitos nas tomadas de decisões são inerentes a uma sociedade composta por sujeitos com diferentes visões de mundo, sendo a gestão destes espaços um verdadeiro desafio. A busca pela promoção de diálogo e pelo reconhecimento de diferentes necessidades de apropriação e uso do patrimônio natural é uma constante nos processos de gestão destas áreas, e entender tais dinâmicas pode auxiliar na compreensão de demandas dos atores sociais diretamente afetados. A conexão entre tal questão com o viés crítico da Educação Ambiental deste trabalho se trata justamente de problematizar e investigar possibilidades de contribuir com a emancipação destes atores envolvidos com a UC, no sentido de construírem um entendimento responsável da realidade vivida, desenvolvendo habilidades de tomada de decisão na busca de uma sociedade ambientalmente mais justa.

Um espaço cujo objetivo converge com tais pilares da EA crítica é o Conselho Gestor das UCs, que apresento, enfim, como objeto de pesquisa. Isso porque com ele se busca a gestão democrática do ambiente, por colocar em pauta as demandas dos diferentes atores sociais, reconhecendo sua legitimidade. Com ele se promove a intervenção social na formulação e implantação de políticas públicas, refletindo na qualidade ambiental e na distribuição de seus custos e benefícios. Loureiro et al. (2003) ressaltam o potencial de desenvolvimento de senso de responsabilidade e de atuação cidadã nestes espaços, evidenciando a seu potencial educativo dentro da ótica da Educação Ambiental Crítica. Isso me permite fundamentar, portanto, a justificativa desta pesquisa, ressaltando a relevância e interesse científico sobre a dinâmica de funcionamento deste espaço, as temáticas e desafios que nele surgem e as produções de significado que, a partir da realidade observada, possam trazer contribuições ao campo da EA na gestão de uma UC como um Parque Nacional. A partir destas colocações, construo e apresento a minha questão de pesquisa: Quais são as temáticas, práticas e desafios relacionados à promoção da Educação Ambiental Crítica no contexto de gestão participativa

do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG)?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar as temáticas, práticas e desafios relacionados à promoção da Educação Ambiental Crítica no contexto de gestão participativa do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG).

2.2 Objetivos específicos

2.2.1 Descrever temáticas e desafios sobre Educação Ambiental surgidas em reuniões do Conselho Gestor da UC estudada.

2.2.2 Analisar a dinâmica de funcionamento do Conselho Gestor, como instância de participação da comunidade

2.2.3 Situar as características da Educação Ambiental Crítica nas temáticas, práticas e desafios identificados nas reuniões do Conselho Gestor da UC estudada

2.2.4 Averiguar a articulação entre as ações e demandas do Conselho Gestor e as orientações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para a Educação Ambiental em Unidades de Conservação.

3 REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 As Unidades de Conservação e os Parques Nacionais

Na história humana, a criação de áreas protegidas surgiu em resposta às condições ambientais de territórios ocupados por populações que utilizavam dos recursos naturais para sua sobrevivência, e reconheciam, na prática, a necessidade de sua recuperação periódica. É impossível, portanto, considerar a proteção da biodiversidade apenas pelos seus aspectos ecológicos, sendo a influência humana e os processos históricos e culturais fundamentais para essa discussão (CASTRO JÚNIOR et al. 2009).

Uma visão bucólica de natureza, fundamentada no pensamento de separação entre o ser humano e o meio tido como “natural”, inspirou algumas

das primeiras práticas de proteção de áreas naturais, com predominância de tal pensamento nos Estados Unidos, com o exemplo do primeiro Parque Nacional do mundo, o *Yellowstone National Park*, criado em 1872, que foi um modelo de criação de áreas protegidas no século XIX, influenciando países do Terceiro Mundo, como o Brasil. Esta perspectiva propõe uma relação de distanciamento entre ser humano e natureza “selvagem”, que precisava ser protegida da rápida expansão urbano-industrial daquele momento (DIEGUES, 1996). Os intensos processos de extinção de espécies e a identificação do grande potencial de recursos naturais para o desenvolvimento de novas tecnologias e atividades econômicas desta época levantava o interesse econômico de um compromisso internacional para a proteção de recursos, com foco em países com altos índices de biodiversidade. Uma visão preservacionista³ ganhou, assim, visibilidade, e a ação humana passou a ser considerada, por algum tempo, incompatível com a proteção da biodiversidade (VAN SCHAIK, RIJKSEN, 2002).

Vale lembrar, porém, que a intensa degradação natural, foco de preocupação da comunidade científica e argumento para as citadas práticas preservacionistas, tiveram seu início com a expansão colonialista que permitiu o enriquecimento de países ricos a partir da exploração de países tropicais, que não puderam explorar seus recursos para seu próprio desenvolvimento. De uma forma etnocentrista e imperialista, os modelos de proteção da biodiversidade dos países ricos desprezam a história e as dinâmicas locais nas estratégias de proteção da biodiversidade (CASTRO JÚNIOR et al. 2009). Além disso, Witt (2013) ressalta a problemática de que a criação de áreas protegidas tem uma tradição de remoção de populações humanas que habitavam locais com riquezas naturais significativas, desestruturando suas organizações sociais e culturais. Movimentos sociais e ambientalistas argumentam que o aspecto humano e social pode ser reconhecido como parte constituinte da biodiversidade e fundamentais para sua manutenção (CASTRO JÚNIOR et al., 2009).

Não é verdade absoluta que comunidades humanas que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência e/ou residem em áreas

³ Entende-se por preservação o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.” (BRASIL, 2011).

próximas de áreas preservadas obrigatoriamente fazem uso sustentável de seus recursos. Isso seria fruto de um pensamento pouco realista e romantizado, prejudicial para uma estratégia de proteção eficiente. Há indícios evolutivos, antropológicos e fósseis sobre comportamentos humanos incompatíveis com o uso sustentável, que refuta a noção de nossa espécie possuir instintos de proteção dos recursos para manter a subsistência. Por exemplo, Van Schaik e Rijksen (2002) demonstram evidências de estudos indicando comportamentos predatórios de caça na era pré-industrial, com extinção de espécies, e eventos similares também no fim do Pleistoceno, com extinção de tartarugas, moluscos, aves e pequenos mamíferos. Porém, existem grupos sociais pequenos, fortemente coesos, com regras sociais que convergem para a existência de práticas e uma ética conservacionista (VAN SCHAİK, RIJKSEN, 2002). O desafio reside, portanto, em como promovê-las em um mundo globalizado e sujeito a constantes pressões desenvolvimentistas. As propostas de conservação⁴ devem se dar, portanto, de forma que nem a extração predatória e inconsequente de recursos para atender mercados globais nem a exclusão completa da população sejam a estratégia escolhida, mas sim uma análise complexa e multifacetada dos contextos de cada região (BECKER, 2007).

Este tipo de problematização permitiu que o pensamento conservacionista, que reconhece o desenvolvimento econômico dentro das estratégias de proteção da natureza, ganhasse espaço no pensamento mundial. Ele tornou-se pauta dos movimentos sociais, inaugurando uma fase de debate democrático com a ideia de repartição internacional de malefícios e benefícios da conservação. A Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se fundamental nestes debates, promovendo conferências, fóruns, congressos que delinearam as políticas de áreas protegidas com a configuração que conhecemos hoje, sendo a maior delas a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92.

⁴ Neste caso está sendo usado o conceito de Conservação contido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, definido como: "O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2011).

Frente ao contexto mundial, faço agora um recorte brasileiro das estratégias de proteção da biodiversidade. O Brasil passou por diferentes fases na construção de sua política de áreas protegidas, que apresentou, em diferentes momentos, mudanças em termos de concepção de meio ambiente, seus objetivos e estratégias tomadas. O Estado brasileiro sempre teve um papel central na consolidação de um aparato jurídico, institucional e político para a conservação da natureza, com a participação da sociedade civil em maior ou menor medida. Ele conduziu as políticas de implantação e gestão de áreas protegidas ao longo do tempo, em um primeiro momento por uma questão de uso de recursos e controle territorial, e posteriormente por reconhecer, estrategicamente, a biodiversidade como riqueza.

Na década de 30, no Governo Vargas, transformações estruturais aconteciam no país, no sentido de transformar o Brasil de um país agrário para urbano-industrial. Uma visão nacionalista de caráter tecnocrático passou a conduzir as ações de gestão de recursos naturais, gerando avanços na política de implementação de áreas protegidas. No ano de 1934, surgiram medidas de gerenciamento de território que regulamentavam o uso dos recursos florestais, dando base para as futuras estratégias de conservação que surgiriam em momentos seguintes. O Código Florestal surgiu neste momento, delimitando os direitos de uso de propriedade observando a proteção dos cursos d'água e preservação de espécies raras (CASTRO JÚNIOR et al., 2009). É possível perceber motivações conservacionistas no modelo brasileiro desde a concepção do seu primeiro instrumento legal, que já englobava uma perspectiva de uso sustentável, mais direcionada ao manejo de recursos (MEDEIROS, 2004).

No Brasil as primeiras áreas protegidas se localizavam em áreas de conflitos de interesse, em que o desenvolvimento agrário e/ou industrial se encontrava acelerado, e demandava, portanto, uma limitação do uso desenfreado de recursos. Aqui, é possível notar a tendência das políticas brasileiras de proteger áreas com impactos já existentes, priorizando áreas com concentração populacional, tendo como característica marcante o combate à degradação, tentando conter excessos na exploração e ocupação. Alguns exemplos das primeiras UCs brasileiras são o Parque Nacional do Itatiaia, Parque Nacional do Iguaçu e da Serra dos Órgãos, todos em área de Mata

Atlântica, com alta densidade populacional (MEDEIROS et al., 2004).

A visão nacionalista marcou o regime militar, fase seguinte com ações de relevância no âmbito ambiental. A ideia de defesa e controle do território balizou as decisões centralizadoras e autoritárias deste período, com uma tendência ao emparelhamento do Estado e à burocratização. As Áreas de Proteção Permanente (APPs) surgiram neste período, com a reedição do Código Florestal em 1965, que incluía nas áreas protegidas as florestas em topo de morro, margens de rios, nascentes, encostas íngremes e restingas, além de prever a reposição florestal em casos de desmatamento. Novas categorias de UCs foram estabelecidas também neste momento, para além de Parques e Florestas Nacionais: as Reservas Biológicas, Estações e Reservas Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Neste período as questões ambientais ganhavam grande repercussão mundial, influenciando o governo brasileiro a criar um grande número de áreas protegidas no país (CASTRO JÚNIOR et al., 2009).

A redemocratização do país, juntamente com o aparato jurídico, institucional e político promovido dentro do regime militar, impulsionou ainda mais a criação de Unidades de Conservação no Brasil. Um marco importante neste sentido foi a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989, que se tornou responsável por garantir a gestão das UCs no país, formulando políticas de implantação, e promovendo ações de manutenção, recuperação ambiental, fiscalização e punição de infratores.

No ano de 2000, foi criado um dos documentos mais importantes sobre a criação de áreas protegidas, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2011). Com a função de regulamentar as UCs no Brasil, desde sua criação até a implantação e gestão, ele é fruto de trabalho de mais de duas décadas de debates, em que se envolveram proprietários de terra, setores produtivos, movimentos sociais ligados às populações tradicionais, ambientalistas, conservacionistas e preservacionistas, etc. Ele foi criado através da Lei 9.985, de 2000, e se trata de um sistema nacional que busca garantir, através da definição de ações concretas, a proteção de parcelas dos biomas brasileiros se baseando em práticas de gestão territorial que reconhece a

pluralidade de contextos, usos da terra, e características do território. Assim, ele possui categorias que variam quanto ao grau de proteção, estabelecendo parâmetros para a criação e o manejo destas áreas, bem como sua função social e possibilidades de utilização.

Além de auxiliar na definição de políticas de Estado para as UCs já existentes, que careciam de aparato institucional para garantir a gestão, esta lei também deu fundamento técnico, jurídico e conceitual para a criação e gestão de novas Unidades. Ele apresenta a noção de mosaicos de Unidades de Conservação em que, formando sistemas de áreas próximas entre si, possa existir uma gestão integrada entre elas, de forma que incentive uma discussão com maior envolvimento entre os gestores e a sociedade civil, “considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (BRASIL, 2011).

A diversidade na gestão é um ponto forte deste documento, pois ele possibilitou a integração de diferentes esferas, desde a governamental às particulares, criando um sistema que pode ser coletivamente planejado. Ele prevê a existência de Conselhos deliberativos ou consultivos como espaço democrático e inclusivo de ação pedagógica e de construção de estratégias de gestão, trazendo o controle social para o interior da gestão (LOUREIRO et al. 2003; SAISSE, 2013). Neste sentido, o SNUC é um documento que abriu possibilidades de atuação da sociedade civil nas ações de conservação da biodiversidade, dando espaço para o exercício da cidadania.

O SNUC teve grande significado para as estratégias de conservação no país, pois foi responsável por estabelecer o que são as Unidades de Conservação, e seus diversos objetivos e categorias de manejo. São elas:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2011 p.7).

Segundo Witt (2013) as UCs se diferenciam de outras áreas protegidas

como as APPs, por serem regulamentadas por leis distintas, e por apresentarem características administrativas e de gestão particulares, hoje garantidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), desde o ano de 2007, em que o Ibama deixou de ser o responsável por gerir estas áreas. A legislação que regulamenta as UCs prevê uma demarcação clara de território, a existência de um plano de manejo que define suas formas de uso e estratégias de gestão, além de prever a constituição de Conselhos Gestores, foco deste trabalho.

A primeira definição do que seriam os Parques Nacionais e como se dariam seus objetivos foi no primeiro Código Florestal, de 1934, ganhando certa ampliação em 1944 com o Decreto federal 16.677 que criava a seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, buscando traçar orientações sobre gestão e fiscalização destes, bem como seus objetivos de conservação.

Dentre as categorias contidas no SNUC, existe uma divisão entre duas categorias que diferem entre si quanto ao grau de proteção e formas de uso e acesso ao território. São elas as Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As do primeiro tipo tem como objetivo o uso indireto de seus recursos, como atividades educacionais, científicas e recreativas, podendo as pessoas terem acesso restrito, enquanto as do segundo tipo reconhecem o uso dos recursos e a presença de populações locais. Os Parques Nacionais se encontram na categoria de Proteção Integral, tendo como objetivo básico, segundo a legislação (BRASIL, 2011), a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com permissão de atividades relacionadas à pesquisa, educação, recreação e turismo ecológico, sendo de posse e domínio públicos, sendo vedadas modificações ambientais e a interferência humana direta.

Como explicita Pellin et al. (2014), os Parques podem funcionar como áreas privilegiadas de recreação, reconexão com a natureza, interação social, e contribuir com a redução da poluição visual. Terborgh e Van Schaik (2002) ressaltam os benefícios derivados da biodiversidade conservada, podendo eles serem tanto econômicos, através dos serviços ecossistêmicos como suprimentos de água limpa e ar puro, por exemplo; quanto benefícios intangíveis

relacionados ao bem-estar físico proporcionado aos visitantes, além do valor intrínseco dos ambientes naturais. Dios e Marçal (2009) ressaltam o fato de que estas áreas estão inseridas em sistemas ecológicos, culturais e econômicos, e que para cumprir seu objetivo de conservação é preciso que o desenvolvimento da região seja reconhecido no manejo destas áreas, tendo o cuidado de possibilitar o sustento econômico de populações afetadas pelas transformações geradas na economia local. Elas ressaltam que, por se tratarem de áreas com restrições relacionadas à presença humana, é de fundamental importância que se garanta a participação da comunidade em todas as etapas que envolvem a criação e planejamento dos Parques. Fica claro, assim, o quanto o desafio da conservação compatível com o desenvolvimento social perpassa pelas necessidades da população envolvida.

Feitas estas considerações, o que se constrói é um cenário em que as iniciativas de proteção da natureza no Brasil, bem como a legislação brasileira que ganhou forma no documento do SNUC reconhecem a dimensão sociocultural como condição para o êxito na conservação. É aqui que se abre, portanto, um espaço em que a Educação Ambiental se apresenta como campo capaz de construir espaços de diálogo, de busca de compreensão de realidades e construção de saberes coletivos, permitindo que se construa o eixo necessário para o bom funcionamento dos Parques e da gestão do ambiente.

3.2A Educação Ambiental e como ela se configura no contexto das UCs

Assim como as estratégias de proteção da biodiversidade discutidas anteriormente, a Educação Ambiental também não é única e homogênea, apresentando diferentes configurações. Loureiro et al. (2004) nos lembra que é recente a trajetória de construção da Educação Ambiental enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, o que não ocorreu de forma linear, estando sempre sujeita a inovações. Portanto, se torna necessário, aqui, discutir sobre qual conceito de Educação estamos partindo.

O autor Layrargues (2012) elabora um panorama das diferentes abordagens presentes no campo, que configuram as vivências pedagógicas nos mais variados espaços. Sua preocupação é a de debater a identidade da Educação Ambiental brasileira que, na expressão de suas variadas nuances

podem apresentar contradições entre a teoria e a prática, se afastando de uma verdadeira postura crítica sobre a questão ambiental. Me atenho a explicar, neste momento, a análise do autor sobre as macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental, com o intuito de situar tais abordagens com o contexto das Unidades de Conservação.

A primeira delas é a macrotendência Pragmática, que se fundamenta em um pensamento amparado na “esperança no avanço tecnológico” para a solução dos problemas ambientais, sendo focada na urgência e imediatismo na apresentação de resultados, almejando que assim seja possível manter os padrões de vida predatórios, sem a ameaça do esgotamento completo de recursos. Predominam ações como reciclagem de resíduos sólidos e incentivo ao consumo sustentável, criação de indicadores de sustentabilidade e políticas de impacto zero. São as ações mais abordadas pela mídia, parecendo representar, segundo o autor, o modelo ideal de Educação Ambiental ajustado ao contexto neoliberal e o sistema de produção, servindo às lógicas e interesses do Mercado, contribuindo com a manutenção do projeto societário em voga e não uma crítica em relação a ele, por não promover uma verdadeira reflexão sobre as relações causais dos problemas ambientais e seus responsáveis.

Em segundo lugar, coloco a macrotendência Conservacionista, tratada pelo autor como uma das que possuem um caráter empobrecedor do fazer educativo, ao lado da Pragmática, por focar na perspectiva ecológica a raiz dos problemas ambientais, pautando-se em uma crença que os problemas ambientais se devem a fatores meramente comportamentais dos seres humanos, que por algum motivo se desconectaram das suas raízes ligadas à natureza e precisam promover uma retomada de consciência e conexão com ela. Neste recorte, o que se sustenta é uma crise moral, que atribui ao indivíduo e seu distanciamento da sua essência natural a responsabilidade pela degradação ambiental. Nela o que se discute é o aspecto biológico da espécie humana, que aparece como vítima da crise ambiental em caráter de igualdade com as outras espécies, destituído de seus aspectos sociais e sua centralidade nas questões ambientais. Ela é relacionada à “pauta verde”, tendo como foco práticas como o ecoturismo, a sensibilização, trilhas interpretativas, conhecimento sobre as dinâmicas ecológicas e biomas. Assim como a tendência tratada anteriormente,

“não incorporam as posições de classe e as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise” (LAYRARGUES, 2012). Como pode-se perceber, esta tendência apresenta uma predominância nas iniciativas realizadas em UCs, devido ao seu caráter de enfatizar o contato com o “meio natural” como fonte de transformação individual e, como consequência direta, da sociedade, com um pensamento simplista e neutro em relação à estrutura social vigente, esvaziando o debate político.

Por fim, analisaremos a macrotendência Crítica por abranger e dar fundamento à Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental, foco deste trabalho, cuja definição apresento posteriormente. A macrotendência Crítica opera a partir do descontentamento com o modelo dominante de sociedade e das práticas educativas com intencionalidades reducionistas, focadas no indivíduo e seu comportamento. Concebe o problema ambiental associado ao conflito social e atribui às relações socioculturais importância central nesta questão, evidenciando e problematizando também as contradições do modelo de desenvolvimento. Os conflitos socioambientais, suas causas e devidas atribuições de responsabilidade são o foco central desta macrotendência, o que dá forma às intervenções político-pedagógicas, que apresentam um caráter problematizador da realidade.

Estas diferentes abordagens existem simultaneamente nas ações de Educação Ambiental atuais, e neste ponto concordo com Layrargues (2012) no sentido de que elas não são estratégias que devam ser abolidas, mas sim repensadas, buscando atribuir mais criticidade e historicidade nas reflexões que propõe, atribuindo responsabilidade às verdadeiras causas da crise socioambiental, dentre elas nosso modelo de sociedade sustentado pelo individualismo e o consumo, em que a busca pelo lucro está acima de qualquer aspiração humana.

O despertar da atitude ecológica passa por caminhos que envolvem desde a sensibilização até a promoção de uma cidadania ambiental, processo definido por Kitzmann (2014) de percurso formativo. Tal percurso consiste no caminho traçado por um indivíduo ou grupo, no sentido de uma transformação de sua consciência e cidadania ambiental, que reconhece os diferentes tempos (criança, jovem, adulto), espaços educativos (Formal, Não-Formal, Informal) e espaços

vivididos (ecológico, social e econômico). Isso significa que é válido reconhecer a importância dos contextos dos indivíduos na constituição de uma atitude ecológica, nos quais a EA deve atuar. Neste sentido, a diversidade existente de ações educativas, é entendida como parte legítima do processo formativo. Tal percurso é reconhecido em documentos importantes para a Educação Ambiental, como a Carta de Belgrado e as Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros, e indica objetivos que perpassam da conscientização para a participação, ou seja, para a atuação cidadã.

Não se pode, porém, com o reconhecimento da importância de cada etapa do processo formativo, desprendermo-nos da criticidade necessária em todas elas, de forma que ao se propor ações educativas em um certo nível, é necessário atentar-se a relação destas com os demais níveis, promovendo um trabalho de noção do todo, em que cada etapa tenha relação com as demais. Isso significa que cada etapa tem a sua importância, mas tal importância não se encerra em si mesma, ela constrói seu sentido em inter-relação com as outras.

Quando Layrargues (2012) trabalha estas questões, ele observa que existe um distanciamento entre os princípios e diretrizes internacionalmente consolidados como corpo teórico conceitual e metodológico definidor do pensar e fazer a Educação Ambiental e o que vem sendo experimentado nas ações pedagógicas concretas. Devido a isso, opto por resgatar parte destes princípios, para então explorar a maneira como eles tomaram forma nas políticas de Educação Ambiental voltadas para as Unidades de Conservação.

Segundo Loureiro et al. (2007), alguns pressupostos foram aceitos como válidos e indispensáveis à Educação Ambiental através do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, aprovado durante o Fórum Global, evento promovido pela e para a sociedade civil, paralelamente ao evento oficial da ONU - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizado em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92. Este tratado orienta as políticas públicas, programas governamentais ou não-governamentais em diferentes países, sendo de suma importância resgatar seus princípios como marco teórico deste trabalho.

Loureiro et al., (2007) faz um recorte de alguns princípios, os quais destaco também aqui:

- Ter como base o pensamento crítico e inovador, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;
- Estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas;
- Tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações;
- Estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade;
- Vincular as questões éticas, educacionais e do trabalho nas práticas sociais;
- A Educação Ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana;
- Ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. (LOUREIRO et al., 2007, p. 30)

No que se trata do contexto das Unidades de Conservação, existem diretrizes e orientações que dão subsídio teórico para a promoção da Educação Ambiental alinhada a esta perspectiva. A Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio (COEDU/CGSAM/DISAT/ICMBio) possui um texto explicativo oficial sobre a EA em UCs, em que consta seus três princípios, sendo eles:

- 1- Diálogo entre saberes e fazeres.
- 2- Reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades.
- 3- Valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos das ações educativas. (ICMBio, 2016a)

Neste documento, existem orientações para a construção de um Projeto Político Pedagógico das Unidades de Conservação Federais mediados pela Educação Ambiental (PPPEA), sendo entendido como: “um processo que objetiva discutir, refletir, planejar, articular e promover a implementação de processos educativos (Formais, Não Formais e de Educação Ambiental)” que contribuam com a conservação da biodiversidade e a gestão da Unidade de Conservação. Segundo o documento, ele deve ser construído de forma participativa com os atores locais envolvidos, apresentando a problemática socioambiental e as características da realidade da educação no território

específico considerado.

A construção das ações de EA se ancoram, segundo o ICMBio, nas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (Encea) (MMA, 2010; ICMBio, 2016a). Um dos objetivos da Educação Ambiental que constam na PNEA, é:

O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. (BRASIL, 1999).

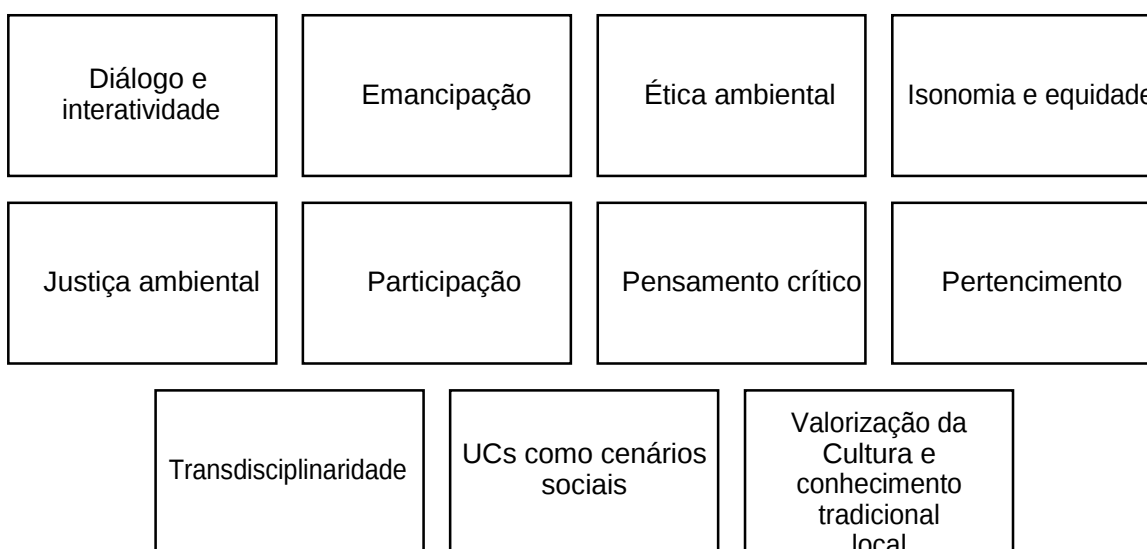
A Encea, por sua vez, funciona como um instrumento orientador que visa promover o alinhamento das ações de comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, ressaltando a importância do potencial transformador destas ações, e incentivando o reconhecimento pela sociedade das Unidades de Conservação como espaços privilegiados para a conservação da biodiversidade, manutenção da qualidade de vida e progresso social. Por entender que surgem desafios como regularização de terras e realização de planos de ação e manejo, com o surgimento do SNUC, a participação social e fortalecimento da cidadania são elementos presentes nesta estratégia (MMA, 2010). Ela reúne princípios, diretrizes, objetivos e propostas de ações que promovam a Educação Ambiental e Comunicação voltadas para o (re)conhecimento, valorização, criação e implementação de Unidades de Conservação no Brasil. Enfatiza também a importância do envolvimento da sociedade para enfrentar o quadro de impactos ambientais que estamos vivendo, defendendo que o incentivo à cidadania e ao controle social na implantação e gestão das UCs promove a explicitação dos desafios socioambientais a serem enfrentados e a superação de conflitos, auxiliando a traçar um modelo de proteção de territórios naturais coerente com a realidade local, respeitando a pluralidade e diversidade cultural e de saberes. Seu objetivo geral é:

Fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera, em seu entorno e nas zonas de amortecimento; promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios, e o diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos com a questão no

país (MMA, 2010, p. 20).

Os princípios da Encea, estão elencados, de forma resumida no diagrama abaixo, e se encontram em sua forma completa no Anexo I.

Figura 1- Princípios da Encea



Fonte: Encea (MMA, 2010)

A partir destes princípios, o ICMBio busca desenvolver processos formativos com temáticas ambientais, fortalecer espaços democráticos na gestão, elaborar e incentivar a produção de materiais educativos, promover estratégias de comunicação junto às comunidades envolvidas, e incentivar parcerias interinstitucionais que promovam a Educação Ambiental.

Quando voltamos nosso foco para a gestão ambiental, Kitzmann (2014) defende que ela seria uma estratégia de transição que busca atenuar os efeitos do modelo vigente. Assim, ela pertence a um movimento maior, como parte de um esforço coletivo, intenso e sincronizado que tenta, dentro das suas possibilidades, criar condições para a mudança que buscamos, agregando diferentes possibilidades de ação, estrategicamente pensadas para os tempos e espaços da experiência. Por isso, a compreensão da realidade e reconhecimento de contextos se mostram fundamentais, podendo diferentes estratégias de ações em EA terem sua importância, desde que se configurem como parte de uma estratégia maior, e se mantenha a atenção à criticidade das práticas propostas quanto às contradições do modelo de sociedade, consumo e

desenvolvimento que vivemos, pautado em explorações e injustiças. Como afirma Layrargues:

Não se trata de controlar ou enquadrar, não se trata de obrigar a desistir de uma opção político-pedagógica considerada ingênua reformista; para o caso da cooptação ideológica. Trata-se de estimular a inclusão de novos ingredientes enriquecedores dessas práticas educativas conservacionistas e pragmáticas, para ampliarem seu escopo e significados mais afinados com os preceitos de uma educação problematizadora e engajada na luta por outra sociedade, para assumirem suas problemáticas como “temas-geradores” e não apenas uma atividade-fim (LAYRARGUES 2012, p.417).

Cada Unidade de Conservação está introduzida em uma realidade local, com suas particularidades. Estão ligadas a uma forma de viver, e respondem, dentro das suas práticas de gestão, a um balanço entre estas demandas e um discurso hegemônico, capitalista, midiático sobre sociedade, conservação, meio ambiente e desenvolvimento, sofrendo pressões em relação às suas políticas e estratégias pedagógicas. Quintas (2004) ressalta a relação de conflitos e pressões sobre o meio físico-natural, uma vez que há tanto a necessidade de se manter um ambiente ecologicamente equilibrado, mas também a de utilizar os recursos ambientais para satisfação de necessidades, de forma que há um tensionamento inerente ao processo decisório sobre o seu uso. Ao abordar esta temática o autor elabora seu conceito de Educação no Processo de Gestão Ambiental, esclarecendo que não se trata de uma nova vertente da Educação Ambiental, mas sim, em suas palavras “uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem”, ressaltando que com ela busca-se a participação do processo decisório e o exercício do controle social sobre as decisões que afetam os próprios sujeitos envolvidos, concepção que tem como referência e fundamento a Educação Ambiental Crítica. Assim, nas UCs, a Educação no Processo de Gestão Ambiental se apresenta como uma ferramenta para construir junto aos sujeitos envolvidos um entendimento da realidade vivida situado histórica e politicamente, e das complexas relações socioambientais, para enfim participar do processo de tomada de decisão. Com ela se pode promover objetivos próprios da Educação Ambiental, como o envolvimento da sociedade no enfrentamento dos impactos ambientais, incentivando o exercício

da cidadania e o controle social nas ações de conservação da biodiversidade.

As diferentes atribuições de significados da natureza por diferentes grupos de pessoas são capazes de gerar conflitos por se traduzirem em práticas de apropriação, uso, manejo, etc. Quintas (2004) ressalta, por exemplo, o modo assimétrico como a distribuição dos custos e benefícios das intervenções no ambiente acontecem, tendo alguns grupos maior poder de influência nestas transformações, sendo o caso dos detentores de poderes diversos, sendo eles econômicos ou aqueles outorgados pela sociedade, como o de legislar, investigar e influenciar na opinião pública, por exemplo. Tais diferenças de interesses promovem o que Loureiro et al. (2003) reconhecem como algo próprio da nossa sociedade, colocando a gestão como algo que busca lidar com as contradições, promovendo o diálogo, para que se ocorra negociações. Assim se pretende viabilizar a oportunidade dos atores sociais se fazerem ouvir, desenvolvendo seu senso de responsabilidade e exercendo sua atuação cidadã.

Para Quintas (2004) o objetivo da Educação Ambiental voltada para a gestão tem o propósito de proporcionar condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias para que os diferentes grupos sociais façam valer seus direitos, exercendo o controle social da gestão pública. O Conselho Gestor, se torna, portanto, o cenário onde pode este processo pode ser promovido, sendo seu conceito elaborado por Loureiro et al. (2003):

A noção de Conselho Gestor, prevista na Constituição Federal de 1988, procura torná-lo o espaço público jurídico-institucional por excelência de intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas. Nesses espaços formais, todas as demandas são legítimas por princípio, prevendo-se canais de confronto e interpelamento democrático entre os projetos sociais, de modo a se construir alternativas viáveis e o mais inclusivas possível. (LOUREIRO et al., 2003. p. 26)

O objetivo destes espaços é, portanto, uma maior democratização da elaboração e execução de políticas públicas, reconhecendo a importância e promovendo a participação dos agentes internos e externos à UC, com diferentes experiências de vida, e que são afetados de diferentes formas. Se trata, portanto, de uma ideia de controle social na elaboração destas políticas.

Ortiz e Pompéia (2005) trabalham o conceito de participação de forma

ampla, explorando diferentes níveis desta forma de atuação nas esferas coletivas. Para eles, participar envolve comportamentos e atitudes individuais, mas que, de uma maneira ou de outra, se projetam nos outros. Acredita-se que o participar toma forma na relação com os outros, e que deveria ser mais estimulada e aprendida na nossa sociedade. Segundo eles, existem níveis de participação, que variam de acordo com o grau de empoderamento e envolvimento dos sujeitos nos processos. Os autores não consideram, por exemplo, chamar de participação o ato de convocar pessoas para tratar de assuntos que não partiram da sua própria iniciativa e perguntar o que elas pensam sobre algo sem que isso seja contemplado em alguma ação objetiva e planejada para responder a estas demandas.

A participação deve reconhecer a necessidade de haver flexibilidade nas decisões e o entendimento de que o aprendizado é uma constante da abordagem participativa. Ela é, acima de tudo, uma forma de interagir em sociedade, que funciona como instrumento para a solução de problemas, mas também como uma atitude a ser buscada e incentivada na coletividade (ORTIZ, POMPEIA, 2005).

Reconhecemos aqui a produção de significados de natureza através das relações sociais e dos contextos sócio históricos que eles surgem. As problemáticas ambientais, riscos e danos precisam ser compreendidos em sua totalidade, reconhecendo os diferentes recortes de relações na sociedade que os produziram, e por isso as soluções precisam partir do mesmo pressuposto. Para Quintas (2004) é necessário criar condições para transformar o espaço da gestão ambiental em espaço público e igualitário, tentando superar a sensação de impotência frente às decisões sobre as questões ambientais, trazendo para o processo decisório os atores sociais nele implicados. Sendo as UCs territórios de disputa, estudos que pensam sobre a participação e buscam formas de valorizá-las podem auxiliar nas estratégias de gestão, trabalhando no sentido de promover um despertar de um sentimento de responsabilidade e da atitude cidadã, objeto último da Educação Ambiental.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa se configurou como uma pesquisa qualitativa descritiva, se caracterizando pela interpretação de fenômenos e atribuição de significados da realidade do Conselho Gestor observado. Se trata de um estudo de caso que ocorreu no Parque Nacional da Serra do Cipó - MG, para buscar, a partir da investigação deste recorte, entender fatos referentes às Unidades de Conservação, sua gestão e relação com a Educação Ambiental Crítica. A metodologia tem aporte em estratégias de pesquisa ancoradas por triangulação de dados, que deu com um estudo prévio exploratório, conversas informais e anotações em diário de campo, entrevistas com os gestores e análise documental das atas de reuniões (GIL, 2010).

4.1 Descrição do contexto de estudo: O Parque Nacional da Serra do Cipó

O Parque Nacional da Serra do Cipó é localizado em Minas Gerais, nos municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro. Possui uma área total de 33.800 hectares, e possui uma gestão compartilhada com a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (APAMP), que circunda toda a área do Parque, protegendo juntos, no total, mais de 100.000 hectares, abrigando diversas espécies da fauna e da flora brasileiras. Elas são compostas por campos rupestres, inclusos no domínio do Cerrado, e sua alta taxa de endemismo, destruição de habitats e queimadas recorrentes, principalmente na estação seca, a tornam uma área prioritária para conservação e preservação de espécies (MADEIRA, 2009). O Parque, juntamente com a Área de Proteção Ambiental (APA) que o circunda, estão distribuídos ao longo de oito municípios (SANTOS, 2016) e tem influência territorial sobre oito comunidades, sendo: Sete, São José da Serra, Altamira, Serra dos Alves, Cabeça de Boi, Lapinha da Serra, Lapinha do Morro e Serra do Cipó (Ata de reunião de 06/04/16).

A APA e o Parque possuem como missão, respectivamente: “Promover a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, em especial os campos rupestres, contribuindo para o bem-estar social e atividades econômicas

ambientalmente sustentáveis, por meio da gestão participativa do uso e ocupação do solo”, e “Receber a sociedade nas trilhas da conservação para manter sempre viva a consciência ambiental, preservando o patrimônio natural”. A visão de futuro do Parque é “Ser referência na visitação de áreas naturais conservadas em MG, em ambiente social participativo”, enquanto a da APA é a de “Ser reconhecida como referência em sustentabilidade e conservação do patrimônio socioambiental, por meio da gestão participativa entre os diversos setores da comunidade.” (Ata 09/04/14)

4.2 Estudo exploratório e entrevistas com os gestores

Para iniciar a pesquisa foi realizado um estudo prévio exploratório, em que observei aspectos gerais sobre como ocorrem as ações de Educação Ambiental no Parque e a compreensão dos gestores acerca dos possíveis desafios na sua promoção, buscando compreender as diferentes percepções em relação às ações desenvolvidas no âmbito do Conselho Gestor. Para isso, foram realizados contatos prévios por telefone e e-mail meses antes do trabalho de campo e, ao chegar ao Parque, busquei identificar pessoalmente informantes qualificados para a pesquisa (ABRAHÃO, ASMUS, 2018). Busquei identificar em conversas informais como ocorrem as ações de Educação Ambiental no Parque, além de mais informações sobre a dinâmica de funcionamento do Conselho Gestor. Também foi nesta etapa em que foram solicitadas, para análise, as atas de reunião do Conselho. Considerando que os Conselhos da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira e do Parque Nacional da Serra do Cipó (PNSCI) realizam suas reuniões simultaneamente, as análises em relação a eles se darão de forma coletiva. Como suporte, foi realizado um diário de campo, em que eram feitas anotações sobre as conversas informais e percepções pessoais sobre a dinâmica de funcionamento do Parque.

Para compreender de forma mais aprofundada sobre o funcionamento do Conselho Gestor foram realizadas entrevistas semiestruturadas (GIL, 2010) com uma gestora e um gestor do Parque que coordenam o Conselho, de forma que eles pudessem discorrer mais profundamente sobre sua atuação e dinâmica de funcionamento. Esta etapa foi realizada com a intenção de auxiliar na compreensão do contexto, demandas internas, conflitos e desafios encontrados.

Foi submetido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o entrevistado e a entrevistada, e o roteiro de entrevista se encontra no Apêndice I. Para a análise destas entrevistas, realizei o trabalho interpretativo proposto por Minayo (2006), buscando a compreensão do contexto, discurso e sua historicidade, pretendendo também promover uma problematização.

4.3 Pesquisa documental

A UC estudada possui um Conselho Gestor composto por representantes da comunidade e do Parque, que ficam efetivos por um biênio, e se reúnem em média quatro vezes por ano para discutir questões e determinar ações a serem desenvolvidas no âmbito da Unidade. Tive a oportunidade de ter acesso às atas das reuniões, podendo analisá-las com o objetivo de perceber a dinâmica de funcionamento do Conselho e identificar elementos relacionados à Educação Ambiental. Durante o estudo exploratório e nas entrevistas com os gestores foi evidenciada uma estratégia do Parque para promover uma maior inclusão das comunidades nas decisões (que abordo mais profundamente nos Resultados), o que recebeu grande reconhecimento das pessoas envolvidas. Optei, por isso, por realizar um recorte de tempo que abrangesse tal estratégia, para estudá-la mais a fundo. Assim, foram analisadas as atas relacionadas aos biênios 2014/2015, 2016/2017, totalizando 17 atas.

Para analisar as atas de reunião foi realizada uma proposta de categorização das temáticas surgidas nas reuniões, tomando como base o trabalho de Gomes et al. (2005). Foi realizada, como primeira etapa, uma leitura geral e compreensiva do material disponível. Como segunda etapa, busquei reconhecer as ideias implícitas nas temáticas surgidas nas reuniões, construindo inferências e realizando um trabalho interpretativo. Optei por centrar o foco de análise nas temáticas surgidas nas falas e debates dos participantes, bem como nos seus desdobramentos em ações no cotidiano do Conselho e da Unidade. Identifiquei juntamente com o aporte teórico aquelas que se fizeram relevantes para análise, levando em conta a frequência com que aparecem no corpo de dados, se foi um tema encaminhado enquanto ação em Educação Ambiental e o quanto dialogam com o marco teórico deste trabalho. Após este processo, a análise e interpretação dos dados se deram através da ancoragem das temáticas

surgidas com este mesmo marco teórico, buscando promover um diálogo entre as esferas da literatura e da realidade estudada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa do trabalho, apresento as informações e reflexões coletadas no trabalho de campo e na análise documental. Primeiramente apresento considerações relacionadas à escolha do objeto de estudo, que passou por mudanças devido a observações que ocorreram ao longo do trabalho de campo. Em um segundo momento, optei por analisar as temáticas surgidas no Conselho que tiveram, de alguma forma, encaminhamento enquanto ação em Educação Ambiental, ou outras ações educativas. Após esta etapa, realizei um trabalho de elencar, analisar e propor reflexões sobre temáticas relacionadas à Educação Ambiental que não necessariamente foram encaminhadas como tal, mas que dialogam com as diretrizes da Encea e com a literatura abordada neste trabalho, voltadas para a Educação Ambiental Crítica, conceituada anteriormente.

5.1 Os (des)caminhos da pesquisa: os traços que se encontram

No início da elaboração deste trabalho, optei por estudar os desafios de se promover a Educação Ambiental no Parque Nacional da Serra do Cipó, inspirada pelos estudos voltados para os fundamentos da Educação Ambiental crítica. No estudo exploratório, através de conversas por telefone, tive acesso à informação de que o Parque estava articulando um projeto de Educação Ambiental em uma escola localizada em uma cidade vizinha, que teria previsão de ter seu início em uma época concomitante ao momento em que me preparei para ir a campo e iniciar minha pesquisa no Parque. Me preparei, então, para estudar o funcionamento deste projeto, abordando-o como iniciativa do Parque Nacional da Serra do Cipó para realizar a Educação Ambiental. Ao chegar ao Parque e conversar pessoalmente com os gestores, tomei conhecimento de que o projeto não poderia entrar em vigor por complicações com a escola, dentre elas uma greve dos professores, e que eu não teria, portanto, como estudar este contexto.

Neste momento me senti atravessada pelo descrito em Vieira et al. (1989), ou seja, que “o processo de investigação não cabe em esquemas prévios, e as categorias que servem de apoio ao trabalho serão construídas no caminho da

investigação”. As autoras descrevem que cabe ao pesquisador estar atento às narrativas que lhe aparecem em campo, muitas vezes precisando exercer flexibilidade, reavaliação e muitas vezes uma redefinição do tema que seja mais condizente com o que a realidade pode nos oferecer, levando-nos a reelaborar conceitos, noções, categorias de análise.

Foi nesse momento que precisei rever meu objeto de estudo. Essa decisão, porém, foi ao encontro de inquietações minhas mais profundas, que eu já possuía devido às leituras feitas sobre a Educação Ambiental crítica em Unidades de Conservação, que abordam o seu aspecto participativo e de controle social, como em Loureiro et al. (2013), Loureiro (2004), Layrargues (2012) e ICMBio (2016a), o que colocou o Conselho Gestor como figura central de análise. Isto se deve a autores como Quintas (2009), que levanta a questão do empoderamento dos sujeitos através dos espaços de tomadas de decisão, como o Conselho Gestor. Para o autor, quando o artigo 225 da Constituição Federal estabelece que o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” é um direito dos brasileiros e um “bem de uso comum” que o “Poder Público e a coletividade deve defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”, deve-se problematizar o fato de que “a coletividade”, que precisa usar dos recursos ambientais para satisfazer suas necessidades, não é um conceito homogêneo, ou seja, possui como característica principal a diferença de interesses, valores e até mesmo das necessidades que devem ser satisfeitas. Assim, o poder de intervir na transformação do ambiente está distribuído de forma desigual, tendo a Educação Ambiental nos processos de gestão um potencial de buscar promover a equidade e a justiça ambiental.

O que contribuiu ainda mais com essa escolha foi o fato de, ainda nas conversas informais, um dos gestores mencionar que o foco da promoção da Educação Ambiental no Parque era a gestão participativa, e não as estratégias mais comumente aplicadas em outros Parques, como a recepção de visitantes, trilhas guiadas, etc. Tal afirmação do gestor despertou meu olhar e curiosidade no sentido de investigar os fatos e caminhos teórico-metodológicos existentes por trás de tal estratégia tomada pelo corpo administrativo do Parque, uma vez que se alinhava à concepção de Educação Ambiental Crítica. Foi permeado por esta dinâmica que se configurou, portanto, o corpo analítico deste trabalho.

5.2 A Educação Ambiental e os desafios da gestão

Para aprofundar as questões mencionadas na seção anterior, proponho apresentar, nesta etapa, uma reflexão a respeito das possibilidades educativas presentes na Unidade de Conservação estudada, desenvolvendo um diálogo com os levantamentos realizados em campo e os documentos analisados. Na Serra do Cipó, pude perceber que as potencialidades educativas se expressam de diversas maneiras, de forma que a realidade local e as demandas de gestão surgidas são capazes de moldar, potencializando ou reduzindo o foco em determinadas ações. Podemos então analisar como se dão as iniciativas do corpo administrativo do Parque para promover os seus processos educativos.

Umas das iniciativas do Parque é a tentativa de promover atividades voltadas para comunidades escolares, o que é reconhecido na literatura como um dos maiores potenciais de se trabalhar as questões ambientais nas Unidades de Conservação, por se considerar a escolarização e sua prática, um processo essencial na formação dos sujeitos (ICMBio, 2016b). Na Serra do Cipó, esta tendência se materializou no projeto Escola no Parque, desenvolvido no ano de 2014, tendo diversos desdobramentos até o ano em que se deu este estudo, em 2018, quatro anos depois. Ele surgiu com objetivo de fortalecer a relação escola-Parque, de forma a promover a Educação Ambiental, buscando maior envolvimento com as comunidades da APA e levando as pessoas a tomar consciência do que significa estar neste tipo de espaço. Coloca-se, no primeiro debate sobre o assunto no Conselho Gestor, a importância da responsabilidade dos municípios e da escola na promoção de ações educativas. Uma problemática surgida foi o fato de algumas escolas de cidades grandes próximas à região visitarem mais o Parque do que as escolas das comunidades locais, levantando uma demanda de aproximação. Foi colocada, portanto, esta meta na gestão do ano de 2014. Em março do próximo ano, no balanço das atividades de 2014 notou-se que as metas propostas estavam sendo executadas dentro do prazo previsto, exceto o “Programa Escola no Parque”. Houve uma reflexão sobre o fato de o Parque atender as escolas pela demanda, e que esta era quase inexistente naquele momento, sendo sugerido fazer uma programação voltada para este público, com a ajuda de representantes de escolas, das prefeituras

e do ICMBio. Um dos gestores, porém, fez uma ressalva, que demonstra parte dos obstáculos enfrentados para se promover as ações, e a busca de algumas alternativas:

Conselheiro A, disse que uma Comissão Técnica irá adicionar ao ICMBio outras percepções, e também o órgão não tem disponibilidade nem para fazer um planejamento/programação de visitas, nem para gerar o material didático necessário e nem para o atendimento em larga escala. Ele precisa de parcerias e citou como exemplo a de graduandos para fazer atendimento junto ao ICMBio e treinar outras pessoas a fazerem o mesmo. (Ata 04/03/15)

Ainda assim, na reunião seguinte o assunto foi retomado, com a perspectiva de se organizar um percurso circular de trilhas, para a recepção das escolas, com potencial de se desenvolver uma trilha interpretativa, e buscar incentivar a visitação de escolas. Tal metodologia é utilizada para atividades com públicos escolares, com grande potencial de se trabalhar questões relacionadas aos tipos de ecossistemas das áreas naturais, se atendo aos aspectos críticos da realidade, e às pressões por que passam as áreas naturais (SERPE, ROSSO, 2010). A ideia do Conselho, naquele momento, era a de estruturar um roteiro educativo, abordando temas como flora, fauna e a dinâmica das águas, com placas interpretativas e marcos de pontos para discutir questões sobre a conservação e impactos da visitação. Novamente foi retomada a importância de serem firmadas parcerias com os municípios, conselheiros e escolas, formando um grupo de trabalho para isso, formulando também a proposta do projeto.

Em nova discussão, problematizou-se o papel passivo do Parque na recepção das escolas, que atendem apenas de acordo com as demandas, surgindo um debate a respeito de convidá-las, instiga-las e provocá-las a procurar mais o Parque, já que a procura era pouco frequente. Foi lembrado, novamente, as limitações do Parque para se desenvolver por conta própria os materiais educativos e de divulgação, o que ressalta a necessidade de se realizar parcerias com os diversos segmentos da comunidade. Posteriormente, porém, quando da avaliação do Plano de Ações dos Conselhos, no fim do ano de 2015, para fechar o mandato do biênio 2014-2015, a organização e implementação do “Programa Escola no Parque” foi avaliada como deficiente, pelos gestores, sendo então pontuada como um desafio para os próximos Conselhos tirar esta

iniciativa do papel. No ano de 2016, uma nova abordagem foi realizada, no sentido de buscar uma parceria com o CEFET/MG e a PUC- MG, para que esta instância e o Parque trabalhassem juntos para promover as visitas guiadas das escolas, que começaria com uma Escola Estadual local, com as temáticas de saúde, meio ambiente, Educação Ambiental, esportes de aventura, preservação da fauna e da flora e turismo para a comunidade.

Para o planejamento de 2017, enfim, a demanda de se ter uma ação voltada para as escolas foi resgatada, lembrando o fato de ela existir desde 2014, há três anos, e ainda não ter sido colocada em prática. O que se discutiu, neste momento, é a proposta de se promover ações em um formato diferente, em que não seja reduzido à apresentação de palestras a alunos, mas que exista uma cooperação no processo pedagógico. Foram apresentadas a legislações existentes sobre esta temática, em que a Encea, que funciona como marco teórico orientador deste trabalho, apareceu como referência. Neste contexto foi alterado o formato proposto inicialmente, sendo que o novo objetivo seria principalmente organizar para receber as visitas, preparar o Parque para tal, formar e valorizar o pessoal responsável para promover as atividades, sendo a importância das parcerias resgatadas neste momento, criando uma comissão interinstitucional para tratar desse tema. Ela seria composta pelo ICMBio, Secretaria de Educação de dois municípios (que seriam trabalhados inicialmente), duas escolas locais, o CEFET (representando a educação superior, e também os Conselhos), uma associação de moradores e outros colaboradores, e foi então nominada como Comissão de Educação Ambiental, sendo responsável por fechar enfim a proposta, com diretrizes, estratégias e cronograma de execução.

Após esta etapa, o que se seguiu foi o encaminhamento das atividades sob a responsabilidade de uma estagiária, que daria andamento ao projeto, promovendo as visitas e mantendo o contato com as escolas. Até o período em que fiz o trabalho de campo, em agosto de 2018, porém, o projeto ainda não havia sido colocado em prática. A gestora entrevistada comenta as diversas tentativas de se fazer acontecer o referido projeto:

Entrevistada A: A demanda surge porque a gente recebe as escolas, mas a gente não como deveria receber, de uma

forma mais preparada, como uma trilha, a gente não consegue. O que a gente faz é receber as escolas. E o Programa Escola no Parque, já foi de vários formatos [...], mas várias pessoas já assumiram essa demanda também chegando a ter várias tendências, desde virar realmente um programa de EA para entrar na grade escolar, dm forma de projeto pedagógico, para trabalhar com as escolas. Ele já foi essa questão de fomentar um projeto de como receber as escolas aqui, ele já foi muita coisa. [...] Mas o Conselho Gestor nem sempre o tem como ponto focal das câmaras temáticas que aparecem, então depende muito do nosso gancho. Infelizmente a gente não conseguiu trabalhar da maneira correta, o Conselho também não, então é um desafio pra gente.

Como é possível observar, existe uma frustração em relação ao fato de não conseguir dar andamento ao projeto, devido às limitações de pessoal, financeiro e material, o que fez o Parque tomar como estratégia o foco no atendimento de demandas pontuais e no estabelecimento de uma aproximação e diálogo com as Escolas, como relatado na fala da mesma entrevistada:

Entrevistada A: A gente tá trabalhando muito mais para participar das ações que já acontecem, como a Semana do Meio Ambiente, a gente teve várias participações, e eles vieram pra cá... Teve caminhada da lua cheia para ver a fauna noturna, e oficina de fotografia. [...] A gente também fez rodas de diálogo com as turmas das escolas na praça, que fomos convidados. [...] Eu acho que falta essa amarração, de alguém mais focado nisso, de trabalhar e tudo mais, tanto é que a nossa proposta é que o estagiário faça essa demanda. Então tem várias propostas pensadas, de trazer também os estudantes mais voltados à área de Comunicação, como voluntários, para ver se instiga, hoje em dia essa questão das redes sociais...Então a gente tá estruturando um projeto com essa escola pra ver o que que a gente colhe.

O Projeto Escola no Parque desperta uma reflexão sobre o quanto a realidade da gestão e os desafios do cotidiano interferem na elaboração de ações educativas. Como se pode ver, apesar de haver tentativas de retomar e dar encaminhamento para que ele aconteça nos debates do Conselho, ao longo de quatro anos, ainda assim a elaboração e execução de um projeto de Educação Ambiental voltado para a recepção de escolas, de forma vinculada à grade curricular, ocupa um lugar secundário frente às demandas de gestão e dificuldades de realizá-lo. Este é um exemplo em que apesar de existirem orientações sobre como se promover a Educação Ambiental, muitas vezes a

realidade se apresenta de outras formas, dificultando a realização das iniciativas de gestão. O que se percebe no PNSCI são as limitações de pessoal capacitado direcionado para colocar em prática uma ideia estruturada de projeto, mas, mesmo que isso aconteça, o Parque apresenta dificuldades financeiras e de logística para colocá-lo em prática. É uma problemática observada por Saisse (2013), em que muitas vezes as ações de EA podem ficar a cargo dos gestores que, além de estarem sobrecarregados de demandas, podem não dispor de formação que o ampare para essa questão, além das limitações financeiras. Apresenta-se portanto, um desafio aos gestores e gestoras sobre como contornar tais condições, encontrando alternativas junto aos conselheiros e à comunidade para que se garanta este importante elo entre a população local e a UC, no formato de promover o uso público organizado e visitas escolares ao Parque.

O que foi possível perceber, a partir do estudo documental é que, o foco da Educação Ambiental no PNSCI é voltado para a Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental, como enunciado por Quintas (2004), em que o espaço da gestão se torna o aspecto estruturante do processo de aprendizagem. Isso porque envolver a comunidade no processo decisório e no elaborar de estratégias aparece de variadas maneiras nas atividades costumeiras de gestão, Para ilustrar isso, exponho os dados da pesquisa documental, que reforça o que relatou o gestor entrevistado, sobre a escolha conceitual por esta corrente, considerada por Layrargues (2012) uma variação da EA Crítica:

Entrevistado A: Bom, eu diria que a Educação Ambiental no Parque é realizada no próprio processo da gestão da Unidade de Conservação. Os gestores, recentes, nos últimos 5 anos, 6 anos, talvez um pouco mais, tem trabalhado a questão da gestão participativa, como um dos eixos centrais da organização da gestão, que procura assegurar ao Conselho Gestor a efetiva gestão da UC. Com isso, a EA vem se dando em um sentido mais transversal, no momento em que o Conselho é formado por representações das prefeituras, dos 8 municípios envolvidos, e por membros das comunidades que estão no entorno do Parque imediato, que estão dentro da APA do Morro da Pedreira.

Em alguns contextos pude perceber reflexões sobre possibilidades educativas na gestão, através das práticas e debates durante as reuniões. Alguns atores relataram seus processos de aprendizado e motivação pela participação

despertados durante as reuniões. Algumas falas da Ata de 06/04/16 permitiram reconhecer estes aspectos:

Conselheiro O, se disse lisonjeado com a atuação dos conselheiros, que sem fins lucrativos, num trabalho voluntário, se esforçam para participar e representar suas comunidades. Isto num momento do país em que às vezes ele se sente constrangido de apresentar-se como prefeito, numa alusão à qualidade e atual postura inapropriada de grande parte da classe política nacional envolvida em escândalos de corrupções.

Conselheiro P, revelou que nos últimos dois anos entendeu o que é o Conselho através de sua participação nele e de seu trabalho na [empresa mineradora] com compensações ambientais. Agradeceu a oportunidade, dizendo que continuará se esforçando em contribuir continuamente.

No ano de 2015, os conselheiros discutiram as experiências educativas que ocorreram no Carnaval, período em que a procura pelos atrativos turísticos do Parque aumenta e, com isso, aumenta-se as preocupações com a conservação. Na ata em que se discute este tema, houve um consenso sobre o bom funcionamento das ações educativas e daquelas relacionadas à organização do turismo. Segundo um dos conselheiros, o sucesso da experiência teve início na conscientização dos proprietários dos atrativos, tendo sido realizados esforços no sentido de organizar uma operação que garantisse este resultado. Segundo um líder de comunidade, o bom funcionamento desta operação foi devido ao diálogo com os proprietários e ao trabalho de voluntários no monitoramento dos atrativos turísticos. O caráter de abertura ao diálogo e participação foi reconhecido e destacado como importantes para garantir um resultado positivo:

Conselheiro B: [...] Foi feito um trabalho de conscientização, de educação tanto de proprietários quanto de turistas, informando ao turista, na hora do seu acesso ao atrativo, que ele estava acessando/adentrando uma APA Federal, um Parque Estadual e como deveria proceder. [...] As pessoas, os turistas, se sentiram bem, não se sentiram revoltadas, excluídas, e sim participativas. A cachoeira da Boa Vista foi mantida limpa, sem campistas, isto devido à ação da comunidade, da Polícia Militar e da [empresa mineradora].” Ata 04/03/15

Neste contexto chegou-se a um consenso do fato de que houve um trabalho conjunto, coletivo, em que se realizaram parcerias, sendo reconhecido como um trabalho inédito, mesmo não havendo recursos suficientes disponíveis

para as políticas públicas de Meio Ambiente. O que se ressalta, neste recorte, é o momento formativo não só para com os turistas, mas de todos os envolvidos, incluindo os conselheiros, por reconhecerem as dinâmicas de gestão e as iniciativas necessárias para garantir o balanço entre promover a conservação sem proibir o uso público.

Um aspecto muito presente no cotidiano e história do Parque é a ocorrência de incêndios e a necessidade de se desenvolver um manejo integrado do fogo. As discussões a respeito deste assunto são constantes nas atas de reunião por se tratarem de um aspecto comum no dia a dia do contexto do Parque. A familiaridade com o assunto, devido a ligação direta com este problema, permite um melhor entendimento dos seus efeitos prejudiciais. O fogo é uma constante na região estudada, sendo o seu enfrentamento uma demanda direta dos atores sociais que se encontram naquele contexto, se configurando como um tema significativo, próximo da realidade vivida, em que os indivíduos podem reconhecer de maneira crítica sua própria experiência e lugar nos questionamentos realizados, promovendo um processo de desvelamento da realidade (FREIRE, 2011). Em termos de trabalho educativo, quando os conselheiros discutem esta temática, é amplamente discutido as causas e consequência do fogo, em relação aos ônus financeiros, de pessoal e para a conservação. Um dos gestores presentes, por exemplo, relatou o fato de que o índice de incêndios em áreas protegidas é muito menor do que em outras áreas, pois 77% dos focos de calor no ano de 2014 se deram fora das áreas protegidas. Cento e vinte e quatro pessoas estiveram envolvidas no combate ao incêndio do Parque e da APA naquele ano, sendo brigadistas do Parque em questão e Parques próximos, Ibama, corpo de bombeiros, Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e voluntários. Uma das reflexões ocorridas no Conselho sobre esta temática é o fato de que é preciso realizar um manejo do fogo, como alternativa à ideia de “fogo zero”, ou seja, não proibir completamente o uso do fogo para as comunidades locais, mas reconhecê-lo como parte das práticas de manejo e auxiliar na formação dos que usam dele como ferramenta. Foi reconhecido, no ano de 2015, que a política do “fogo zero” acabou gerando problemas como o acúmulo de combustível e o fogo em épocas erradas, alimentando os incêndios de grandes proporções, difíceis de controlar.

Um perito presente na reunião lembrou a importância do uso do fogo controlado para a queima de campos naturais para a formação de pastagens, sendo uma boa alternativa realizá-la de forma monitorada e autorizada. A mobilização das comunidades, produtores rurais, sociedade, Prefeituras, Estado, Associações e outros se tornam, então, importantes para atuar de forma integrada na prevenção e combate aos incêndios florestais, devido às limitações de pessoal e recursos do Parque.

Durante os balanços da ocorrência de fogo, foi possível perceber que as pessoas se colocaram abertas para a busca de aprendizado e se empenham em buscar compreender o seu papel para auxiliar nesta questão. Alguns conselheiros comentaram sobre o tema. Um professor, representante de uma Associação Comunitária ressaltou a importância de se realizar campanha educativas junto às escolas, se colocando à disposição para desenvolver este trabalho, enquanto outros dois representantes de comunidades mencionaram o fato de que a sociedade civil poderia contribuir com a prevenção e combate, se dispondo a contribuir, e que a capacitação de brigadistas voluntários seria uma opção viável.

Assim, as recomendações foram de se realizar planejamentos de longo prazo com base nas experiências anuais, organizar uma rede de voluntários e passar a contratar brigadistas de prevenção. Além disso, o Manejo Integrado do Fogo (MIF) é uma diretriz do ICMBio desde 2013, sendo a prevenção e sensibilização da população tratada como prioridade, em relação ao combate. Neste aspecto a Educação Ambiental foi elencada enquanto ferramenta de conscientização. Além disso, houve um trabalho informativo, auxiliando os conselheiros a respeito de denúncias de incendiários e procedimentos para abordagens educativas nas comunidades, colocando a sensibilização como prioridade.

Quando se pensa na promoção de momentos de reflexão, incentivo ao compartilhamento de responsabilidades e à participação, um fato que ganhou relevância neste estudo é o papel dos gestores na promoção dos contextos educativos. Eles são responsáveis por conduzir as reuniões, lidar com conflitos e demais impasses surgidos, o que revela a importância da sua formação e

preparo para lidar com tais questões. No Brasil, existe um histórico recente de formulação de orientações centralizadas sobre a prática de Educação Ambiental, que influenciou a maneira como as ações são conduzidas nas UCs até hoje. Tais orientações passaram por reformulações ao longo do tempo, apresentando dificuldades na organização, centralização e estabelecimento de propostas. No ano de 2007 o Ibama apresentava uma tendência de fortalecer o cunho social da Educação Ambiental na gestão das UCs, o que se perdeu, por um tempo, quando da dissolução deste órgão, transferindo a responsabilidade de gerir as UCs para o ICMBio, desestruturando, em parte, a implementação dos programas educacionais (SAISSE, 2013). O traçar de estratégias pedagógicas ficou, nesta fase, sem um marco orientador e integrador da Educação Ambiental no ICMBio, e a cargo dos educadores e gestores, com concepções discordantes de natureza, abrindo espaço para qualquer tipo de projeto e noção do que é a Educação Ambiental e quais os seus objetivos na sociedade (LOUREIRO et al., 2013; SAISSE, 2013). Em 2009, buscando resolver tal questão, e como resultado de diversas iniciativas de rearticulação, criou-se a Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação (CEAC) do Instituto, que primeiramente assumiu como prioridade a criação dos Conselhos gestores das UCs, e foram alocados sob sua responsabilidade temas como: capacitação interna e externa, estabelecimento de redes de comunicação e troca de experiências, apoio técnico e financeiro a projetos, produção de materiais educativos e elaboração de projetos político-pedagógicos, etc. (LOUREIRO et al., 2013).

Loureiro et al. (2007) ressaltam a importância do perfil técnico, político ou ideológico dos gestores na forma de se propor metodologias. Eles falam, ainda, sobre a superficialidade das normas e diretrizes presentes no documento do SNUC sobre este tema. Fica assim evidente a importância da formação dos gestores neste processo, o que foi possível observar também no caso estudado, em que o empenho de se promover a gestão participativa se dá por iniciativa dos gestores entrevistados. Ao serem perguntados a respeito deste tipo de iniciativa, ambos reconheceram a sua experiência pessoal e formação enquanto fatores relevantes na condução de suas funções na gestão, priorizando as metodologias participativas.

Entrevistado B: penso que a gente aprende sempre, e o

meu caminhar vem de uma experimentação bastante diversa, minha formação acadêmica vem da área da sociologia, sou jornalista, da área de comunicação social, transitando na área da geografia, mas tenho uma participação do movimento social de muitos anos, desde o movimento estudantil. Tendo participado de movimentos de bairros, movimentos de trabalhadores de forma mais geral. Na questão da participação e, no meu caso, no processo de enfrentamento da ditadura militar, de defesa da democracia como um princípio geral norteador das ações, [...] é algo que venho experimentando na minha própria vida. Então quando eu entrei pro Instituto Chico Mendes, eu também trouxe essa experiência de vida para essa dinâmica no Estado, o Instituto Chico Mendes é a representação do Estado, com recorte na área ambiental. A questão participativa vem muito mais da minha formação de vida, não necessariamente da instituição. Mas na instituição também nós temos pessoas importantes que militam nessa área. Na área de Educação Ambiental, eu fiz uma especialização na área de gestão com a prof. Michele Sato, na UFMT no Mato Grosso, trabalhei com o professor Quintas do Instituto Chico Mendes, que é um nome conhecido na área de EA, que é de certa forma quem formulou teoricamente essa questão da Educação Ambiental no processo de gestão da Unidade de Conservação.

Pode-se perceber também uma compreensão teórica da Educação Ambiental, na fala do mesmo gestor, que leva em conta a aproximação entre seres humanos e a natureza, e os aspectos socioeconômicos na questão ambiental:

Conselheiro C: Dessa forma, a ideia da Educação Ambiental tratar da temática do ambiente, na minha concepção, ela acaba ocorrendo na nossa gestão, nessa perspectiva transversal, em que se entende o homem como parte desse meio, não apartado do meio ambiente, mas como parte dele, e atuando sobre os elementos principais. Seja em conflitos, alguns instalados na questão ambiental, seja pensando ações mais preventivas, [...] trabalhando de forma a fortalecer essa variável ambiental de forma mais sólida, em que as pessoas abracem de forma mais sólida, que de fato abracem essa questão, e pratiquem no seu cotidiano, como se fosse parte. Mas que ela vai ganhando consciência da importância dessa variável para a região, que tem na sua economia o peso da atividade turística.

Além disso, percebe-se a perspectiva de outro gestor, na condução das reuniões, buscando reforçar o papel dos Conselhos e seu aspecto democrático, incentivando a atuação dos demais conselheiros:

Conselheiro A, Discorreu sobre a construção da democracia no Brasil, que passou por uma ditadura militar e, finda a ditadura, vem reconstruindo a sua democracia, e hoje atravessa um momento muito difícil, que desperta preocupação com a possibilidade de um retrocesso. Entende que o processo de

construção de uma democracia tem altos e baixos, que retomadas são difíceis, que é preciso recriar formas para que essa construção ocorra no país. Disse que assim também acontece na Política Ambiental e destacou a figura dos Conselhos como importante ferramenta que garante a participação democrática da sociedade na gestão de UCs e na construção das Políticas Ambientais, sendo esse o papel fundamental dos Conselhos (Ata 06/04/16)

Carvalho (2008) trabalha a questão das trajetórias sociais e biográficas daqueles que assumem valores ecológicos ao longo da vida, se envolvendo no movimento ecológico, por uma sociedade mais justa. Ela ressalta a grande variedade de possibilidades formativas que desenvolvem subjetividades interessantes à Educação Ambiental, que promovem a atuação dos sujeitos para transformar a realidade. Na figura de um gestor social, ela ressalta que o caminho que este traça na sua atuação deve ser pautado por uma compreensão política e técnica da crise socioambiental, de que forma que este possa adotar procedimentos e instrumentos que permitam mediar conflitos e planejar ações que condizem com um enfrentamento desta crise, cuja complexidade demanda a cooperação de indivíduos com formação variada, para que agreguem, com o seu olhar e na sua prática, às possibilidades de enfrentamento e construção da crítica à ordem social vigente.

É válido mencionar a importância da criação, em 2009, do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio), sediada em Iperó, SP, espaço físico que promove a capacitação e formação continuada de servidores e gestores, buscando a atualização constante de suas habilidades. A ACADEBio promove periodicamente cursos com diferentes objetivos, tendo como missão promover a construção e difusão de conhecimentos para a conservação da biodiversidade por meio de processos educacionais. A ACADEBio tem como objetivos:

executar programas de desenvolvimento gerencial para o ICMBio; elaborar e executar programas de formação inicial para a carreira de especialistas em Meio Ambiente e de educação permanente e continuada para os servidores do ICMBio e prestar assessoria técnica para a execução de eventos de capacitação visando ao desenvolvimento, formação e atualização de gerentes e servidores (ICMBio, 2014a, p. 4).

Dentre os cursos promovidos na ACADEBio estão os relativos à Formação em Gestão Socioambiental, que contém linhas temáticas referentes à

Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, Participação Social na Gestão da Biodiversidade e Gestão de Conflitos Socioambientais na Conservação da Biodiversidade. Esta iniciativa foi uma tentativa de superar a questão da elaboração de projetos bem sucedidos de EA subordinadas e dependentes das iniciativas pessoais do administrador da UC, incentivando o debate institucional a longo prazo de tais questões (PIMENTEL et al., 2011). Isso não nega, porém, a importância do perfil do gestor de estar preparado para lidar com o espaço de manifestação de conflitos que permeará todo o seu trabalho no Conselho Gestor. Um dos gestores entrevistados comenta sobre a natureza destes cursos, e a forma como se dá os processos formativos no Instituto, em que ele cita o documento referência neste trabalho, a Encea, quando perguntado a respeito de orientações e referências que utilizam no Parque se trabalhar a EA:

Entrevistado B: Em nível dos cursos de formação no ICMBio, você tem uma carga teórica, textos de referência que são utilizados neste processo formativo. A Encea sem dúvida alguma é um documento balizador desse processo interno. Aqui, localmente nós não temos um documento, mas colegas passaram por processos formativos. Não só eu, mas você conversou com a [Entrevistada A], que também já passou por processos formativos, na área de gestão de conflitos, na área de formação na Educação Ambiental, na gestão participativa, e outros colegas vem também participando desses processos. Ninguém é obrigado, no Instituto Chico Mendes a participar dos cursos. Mas em decorrência das áreas de atuação, pessoas são convidadas a participar desse processo. Tem toda uma gama de pequenos cursos voltados para as áreas de atividade de cada servidor.

Isso significa que o gestor/conselheiro pode trazer em sua bagagem pessoal e profissional características que auxiliem na atuação em termos de resgatar o papel democrático do Conselho e auxiliar em um funcionamento verdadeiramente igualitário dessa instância. Porém, cabe aqui destacar que, institucionalmente, é de fundamental importância o suporte teórico-metodológico, no formato de cursos e orientações, existente para a ação destes profissionais, que podem, muitas vezes, se encontrar desamparados nas iniciativas necessárias ao exercício de sua atividade, inerentemente desafiadora.

5.3 O Conselho Gestor e as temáticas da Educação Ambiental

Me dedico agora a analisar temáticas surgidas nas atas de reunião, em falas e debates, cujas ideias implícitas, reconhecidas no trabalho interpretativo

orientado por Gomes (2015), dialogam com a literatura relacionada ao marco teórico deste trabalho, configurado pela Educação Ambiental Crítica e pela Educação no processo de Gestão Ambiental. Proponho, com isso, uma reflexão entre o que se enuncia na teoria e as possibilidades práticas de expressão destes conceitos no cotidiano da gestão.

Como uma maneira de organizar a exposição de ideias e expor de maneira estruturada esta análise, utilizei dos princípios da Encea para reconhecer as temáticas surgidas nas reuniões, de forma que busco elaborar esta conexão ao longo da análise. Elenco, portanto cinco temáticas, cuja conceituação se encontram no Anexo I:

I. Isonomia e equidade entre grupos sociais e intrainstitucional; II. Valorização da cultura e conhecimento tradicional local; III. A emancipação dos sujeitos e a participação; IV. O pensamento crítico e a ética ambiental e V. Diálogo e interatividade – descritas a seguir.

I - Isonomia e equidade entre grupos sociais e intrainstitucional

Segundo Loureiro et al. (2007) a gestão ambiental é um processo em que, através da mediação de interesses e conflitos, os atores sociais conseguem alterar a qualidade do meio ambiente, distribuindo os custos e benefícios de suas ações. No caso das Unidades de Conservação, tal gestão se dá através do Conselho Gestor, sendo este uma exigência do SNUC, documento referido anteriormente. Sabendo desta exigência, é possível buscar tornar esta instância algo que leve em consideração as diferenças existentes entre os atores sociais, que permitem em maior ou menor medida sua participação. Santos (2016) propõe a reflexão sobre as relações de poder existentes neste espaço social, sendo elas multidimensionais, de forma que seja preciso superar visões reducionistas de que a gestão destas áreas é papel institucionalizado do Estado. Na verdade, a variedade de atores sociais nela envolvidos se fazem presentes no campo de poder com diversas visões de natureza, interesses, práticas e intenções. O gestor entrevistado ressalta essa mesma observação, quando fala sobre a carência de um entendimento de protagonismo que a sociedade poderia ter:

Entrevistado B: Ainda há uma dificuldade de entender a

importância da participação, do protagonismo que as pessoas deveriam assumir de forma mais direta. Ainda se deixa muito na mão das representações oficiais, seja dos municípios, no caso das prefeituras ou seja do próprio Instituto Chico Mendes, como se fosse o Estado o responsável por assegurar esse desenvolvimento sustentável, quando isso depende dos sujeitos que estão atuando aqui na região.

É válido lembrar que existem fatores limitantes nas atuações dos indivíduos quando se trata da tomada de decisões, sendo alguns deles marginalizados no processo democrático. E, normalmente, estes indivíduos se constituem nos mais afetados pela existência das áreas protegidas (LOUREIRO, et al., 2007). Envolver estas comunidades se mostra, portanto, uma tarefa primordial da gestão ambiental e também da Educação Ambiental, porque é ela que possui o objetivo de tornar os sujeitos atuantes nas causas ambientais. Uma das possíveis expressões disso é a própria composição do Conselho Gestor, que trataremos adiante.

Em Brasil (2004) é abordado questões relacionadas à legislação do SNUC (BRASIL, 2011), em que o Capítulo V, artigos 17 a 20 se destinam à criação e atribuições dos Conselhos das UCs. O artigo 17 define que a presidência do Conselho é reservada ao chefe da Unidade de Conservação que “designa” os demais membros “indicados” pelos setores a serem representados. A crítica realizada a respeito deste item na legislação é o uso das palavras “designar” e “indicar” por poder condicionar uma interpretação dúbia sobre a metodologia de composição dos conselheiros, sem deixar claro o papel dos setores interessados no processo de indicação de representantes, o que compromete a legitimidade democrática desta instância. Levando isso em consideração, cabe à chefia da UC em questão o papel de reconhecer a importância de se alcançar uma representação justa dos segmentos sociais e econômicos envolvidos, beneficiados ou não com a existência desta unidade federal. O referido documento relata que metade de dez UCs estudadas em um processo de avaliação da gestão e desempenho dos Conselhos, este cuidado não foi observado, resultando em Conselhos compostos por entidades cujos interesses são alinhados com o órgão gestor (BRASIL, 2004). Cientes disso, podemos voltar os olhares para o caso estudado.

Os Conselhos gestores da APAMP e do PNSCI foram criados em dezembro de 2004 e se caracterizam como Conselho Consultivo. Eles funcionam sob uma periodicidade de biênios, ou seja, os representantes de cada entidade tomam posse para uma atuação que dura por dois anos, quando exercem suas funções. Os Conselhos da APA Morro da Pedreira e do Parque Nacional da Serra do Cipó possuem um sistema de reuniões e agendas comuns, além de ter a estratégia de o conselheiro titular de um dos Conselhos ser o suplente no outro, gerando assim uma unicidade entre ambos.

Ao realizar a entrevista com o primeiro gestor, este relatou ter ocorrido uma mudança na composição dos Conselhos para o biênio de 2016/2017, decisão que foi tomada coletivamente pela formação de um Grupo de Trabalho (GT) com entidades que pertenciam ao Conselho no biênio anterior, de 2014/2015. Esta proposta foi construída, segundo o gestor entrevistado, com o objetivo de melhor qualificar a representação dos atores envolvidos com as Unidades de Conservação, buscando assegurar a representação daqueles que são mais diretamente afetados pelas decisões que ocorrem no Parque, sendo eles os moradores das comunidades que fazem divisa com seu território. A legislação prevê que o Conselho seja composto por metade dos membros de representantes do Poder Público e a outra metade de representantes da sociedade civil (BRASIL, 2004). Até o biênio de 2014/2015 a participação da sociedade civil se dava através de ONGs e Associações, ou seja, de forma organizada. Na nova configuração, as comunidades do entorno passaram a poder ser representadas por líderes que poderiam ser eleitos em reuniões coordenadas pelo ICMBio, mesmo sem fazerem parte de algum tipo de associação. Os trechos presentes na Ata da 16ª reunião, do dia 02/12/15 demonstram a iniciativa de buscar garantir a representatividade das oito comunidades que dividem território com o entorno do Parque:

Conselheiro C., ICMBio participante e coordenador do GT da composição dos Conselhos lembrou que já estava assegurada a participação dos municípios, em nível de governo, porém não promovia uma participação que garantisse aos oito municípios terem suas comunidades com representação assegurada, isso foi alterado e garantido na composição dos Conselhos aprovada para o novo biênio - 2016-2017(Ata de 02/12/15)

Conselheiro C., Falou das questões das comunidades dos municípios, sendo que há algumas sem associações formadas, onde, entretanto pode haver lideranças significativas não associadas, sem CNPJ, e exemplificou citando o caso de G., da Serra dos Alves. Informou que para garantir a importante participação de todas essas comunidades a nova composição flexibilizou isso aceitando CPF e que dentro do processo eleitoral será realizada uma reunião em cada comunidade, sob a coordenação do ICMBio, quando seus moradores escolherão quem melhor os represente (Ata de 02/12/15)

Assim, no primeiro biênio estudado, a sociedade civil era representada pela sociedade civil organizada (como associações e ONGs), instituições de ensino e empresas. No segundo biênio analisado, a configuração inédita para o Conselho se deu pelo fato de haver quatro cadeiras disponíveis para líderes de comunidade, reduzindo as vagas disponíveis para a sociedade civil organizada, demonstrando a prioridade dada pelos conselheiros para a representatividade das comunidades.

A decisão do Conselho reflete uma tendência abordada por Santos (2016), que explora a noção de representatividade nas políticas ambientais. Passado o período do regime militar, com o Estado cumprindo um papel central nestas políticas, a redemocratização do país abriu espaço para outros segmentos e instituições nas tomadas de decisão e debates sobre a proteção da natureza. As ONGs tiveram um papel expressivo neste momento político, conquistado por terem sido eficientes porta-vozes de populações afetadas pela criação das áreas protegidas, com o respaldo do conhecimento científico, através de parcerias que ajudaram construir sua visibilidade e legitimidade. O autor observa que o momento de fragilização estrutural e financeira do Estado permitiu que as ONGs se transformassem gradativamente em suas parceiras, devido a sua capacidade e agilidade na atuação em redes, de agregar e promover interlocuções entre os agentes. Atualmente, porém, há uma redefinição sobre o papel das ONGs enquanto entidades representativas da sociedade civil, devido à sua atuação histórica enquanto “apoio” do Estado, executando projetos públicos, correndo o risco de comprometer suas lutas e representações e de fragilizar suas estratégias de resistência. Assim, tem-se pensado e questionado a noção de representatividade, tendo as políticas participativas o desafio de promover o envolvimento dos sujeitos e grupos sociais

sem necessariamente precisar de representantes e intermediadores. Segundo o autor a tendência que se desdobra é a de:

Construção de propostas de gestão territorial ancoradas nas visões e interesses locais, estruturadas segundo as lógicas locais, num sentido de autonomia territorial, o que significaria o investimento numa forma de minimizar o forte conteúdo institucionalizado e burocrático que permeia e fundamenta as estruturas de gestão das áreas protegidas na atualidade (SANTOS, 2016)

Outra problematização é a de que a criação dos Conselhos se constituem como processos restritos a poucas entidades, direcionados prioritariamente à ONGs ambientalistas, ou ainda mostram uma tendência de criação de Conselhos que priorizam interesses empresariais e de segmentos urbanos, apesar da nítida relação direta da comunidade rural com as Unidades de Conservação (BRASIL, 2004). Neste caso em questão, o que observei foi uma tentativa à contracorrente deste modelo, colocando a representatividade dos atores sociais mais diretamente envolvidos com a UC como prioridade na construção do Conselho.

Quintas (2008) afirma que promover a Educação na Gestão Ambiental se trata de buscar desenvolver capacidades para que grupos sociais intervenham de forma coletiva, organizada e qualificada na gestão do uso dos recursos ambientais, participando das decisões que afetam a qualidade ambiental. O autor ressalta as relações de privilégios que existem no campo cognitivo e organizativo, que colocam um segmento de atores sociais em condição de marginalidade quando no momento de intervir de modo qualificado em decisões que lhe afetam no campo do ambiental:

Cabe ao Estado criar condições para transformar o espaço “técnico” da “gestão ambiental” em espaço público. E desta forma, evitar que os consensos sejam construídos apenas entre atores sociais com grande visibilidade e influência na sociedade, à margem de outros, em muitos casos, os mais impactados negativamente pelo ato do Poder Público (QUINTAS, 2008)

O ato de se fazer ouvir são fundamentais no contexto das Unidades de Conservação, onde algumas populações, predominantemente rurais, são afetadas diretamente. Neste sentido, a alteração realizada na composição do Conselho demonstra um movimento que vai ao encontro disso, pois, para garantir a nova configuração proposta para o biênio 2016/2017, foram

promovidas reuniões que demandavam a organização das comunidades para elegerem, de forma coletiva, seus representantes que passariam a participar das decisões a respeito dos recursos ambientais da APAMP e do PNSCI. Além disso, fortalece-se, assim, a ideia de um Conselho Gestor como instância de controle social na gestão do patrimônio natural, legitimando sua função, e a função social da Unidade de Conservação (LOUREIRO et al., 2007). Este autor ressalta a importância de, quando da criação ou reestruturação dos Conselhos, estabelecer a mobilização dos agentes sociais para consolidar o papel de instância democrática que ele representa. Existem inúmeros e intensos debates a respeito de como encarar esta problemática, sendo a consolidação de processos democráticos e inclusivos capazes de ampliar o sentido de participação cidadã, um real desafio para a gestão e ordenamento territorial (SANTOS, 2016). A gestão do PNSCI, compreendida aqui como a coletividade do Conselho Gestor sem se encerrar na instância do ICMBio, indica um movimento de buscar enfrentar este desafio.

O papel que cumprem os Conselhos, sua forma de funcionamento e finalidade podem apresentar variações, não existindo uma uniformização de procedimentos. Um dos aspectos a serem discutidos se deve ao caráter deliberativo ou consultivo que o Conselho pode assumir. No Conselho Deliberativo, os conselheiros possuem o poder de voto nas decisões, sendo, por orientação do SNUC, presentes nas categorias de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Já o Conselho Consultivo, se caracteriza por ser uma instância em que compete aos Conselheiros opinar sobre as questões relacionadas à gestão, sem terem poder de voto, e é neste caso que se encontra as UCs de Proteção Integral, e dentro delas, os Parques Nacionais. Loureiro et al. (2003) ponderam a respeito destes conceitos, no sentido do que significa a ideia dos Conselhos, se tratando de um espaço cuja proposta é a de estabelecer relações democráticas entre os sujeitos que dele participam, permitindo o estabelecimento de uma cultura cidadã e de compartilhamento de responsabilidades quando se trata das políticas públicas. Assim, os autores problematizam o possível caráter tecnocrático dessa regra, no sentido de não conferir poder a todos os atores sociais envolvidos nas decisões.

Essa característica pode encontrar suas raízes no histórico da baixa

participação no contexto das políticas ambientais brasileiras, ressaltando que ter um Conselho Deliberativo não significa um risco à integridade do patrimônio ambiental, mas sim que todos os envolvidos possam ter poder de decisão sobre ele, e assim se sentirem parte dele, para além de uma mera divisão de território. Além disso, os autores fazem uma observação válida, de que alguns atores sociais que se encontram em marginalidade podem não ver sentido em exercer uma atuação baseada apenas em dar opiniões que podem não ter efeitos práticos na sua vida, gerando apenas empecilhos burocráticos relacionados à sua participação.

Neste sentido, a experiência de campo no PNSCI e os dados presentes nas atas demonstrou uma tendência no sentido de promover uma superação desta problemática. A gestora entrevistada informou que no caso dos Conselhos estudados, apesar de serem oficialmente consultivos, eles buscam trabalhar com uma dinâmica de Conselho Deliberativo, em que existem votações, quando necessário, ao final dos debates a respeito das ações a serem tomadas, em que todos podem votar. Isso é evidenciado na fala da gestora:

Entrevistada A: Eu acho que os fóruns participativos como um todo ainda carecem de maior empoderamento da sociedade, né. Mas ele vem mudando como os conselheiros mudam também, as vezes as pessoas que estão mais empoderadas depois saem, é dinâmico, é um processo bem lento. Ele faz esse papel [participativo e ativo], mas precisaria muito melhorar, ainda. Realmente ser mais atuante. Mas em consideração com a realidade, aqui é um Conselho muito ativo, e muito atuante. [...] Aqui a gente faz as deliberações, é um Conselho consultivo mas sai uma decisão do Conselho que a gente entende como resolução, deliberação.

Também na ata de reunião, é ressaltado o papel do Conselho como verdadeiro espaço de gestão:

“Conselheiro C - a gestão das UC é feita pelo colégio composto pelos dois Conselhos simultaneamente, ressaltando-se que os Conselhos é que são os legítimos responsáveis pela gestão das respectivas Unidades de Conservação” (Ata 03/12/14)

Uma das pautas da reunião do dia 04/03/15 foi a avaliação do funcionamento dos Conselhos da APA e do Parque, em que os conselheiros relatam existir uma regra que exige que os Conselhos aprovem e monitorem seus planos de ação. Os conselheiros observam, nessa reunião, que já fazem

isso, e a gestora responsável apresenta o balanço das atividades como sendo muito bem encaminhado e executado. Reconheceu o comparecimento e participação dos conselheiros nas reuniões, que tiveram quórum em todas elas. Uma das servidoras do ICMBio presente em uma das reuniões ressaltou, ainda, o fato de que houve inovações na administração pela equipe do Parque e da APA em questão, tornando-a pioneira, no ICMBio, na elaboração dos seus planejamentos voltado para as necessidades do cidadão, demonstrando um reconhecimento interno sobre a atenção voltada a esta questão. Uma representante de uma comunidade, através de uma Associação, ao opinar a respeito de uma situação irregular que o Parque deveria intervir, ressaltava este aspecto:

“Conselheiro D, contrapôs à colocação de se levar o caso para o Ministério Público, conforme mencionado por alguns, alegando que pode não ser o melhor o caminho. Citou que a atual gestão mudou alguns paradigmas ao buscar a aproximação com as comunidades, ao buscar soluções negociadas e acordadas e disse que muitas vezes ocorrem conflitos por falta de informação e por medo que as pessoas, empreendedores têm de buscar/consultar os órgãos públicos. Essa gestão está mudando essa realidade e tem dado bons resultados. Ata 04/03/15”

Como defende Loureiro et al. (2003), isso mostra que o bom funcionamento dos Conselhos não se deve tanto à sua classificação como consultivo ou deliberativo, mas sim o quão legítimas ele consegue tornar a participação e representatividade, criando processos verdadeiramente democráticos, dando à população efetivo poder de intervenção em políticas e ações sociais.

Vale ressaltar, aqui, a importância da auto avaliação como estratégia de gestão. No caso do Parque Nacional da Serra do Cipó, houve um movimento de buscar uma análise crítica das ações e a promoção de ajustes das metodologias aplicadas, com retornos positivos dos conselheiros, mostrando um possível caminho para aparar arestas da representatividade dos atores sociais envolvidos no Parque em questão.

II. Valorização da cultura e conhecimento tradicional local

Um dos princípios trabalhados na Encea, para promover a Educação

Ambiental nas Unidades de Conservação é a valorização da cultura e conhecimento tradicional local, como forma de fortalecer a participação e o envolvimento da comunidade, inserindo esta ideia nas estratégias de comunicação, Educação Ambiental e gestão. Para entender a problemática ambiental não se deve abrir mão do aspecto cultural, reconhecendo a importância do meio social neste processo, já que são as práticas sociais que conduzem os rumos das questões ambientais. A gestão ambiental é inclusive uma das manifestações desta cultura, e incluir os atores sociais que a constroem é uma maneira de valorizar este aspecto. Pude observar, na prática, algumas manifestações nos debates, decisões e colocações presentes no Conselho, como as apresentadas a seguir.

Uma das questões que permearam a temática da cultura local foi uma demanda surgida a partir da comunidade de promover um serviço de aluguel de cavalos no interior do Parque, serviço que havia sido suspenso em agosto de 2013, e teve o assunto retomado em uma reunião no dia em dezembro de 2013. Na Ata do dia 09/04/14 foi levantada possibilidade de garantir o retorno do serviço, gerando um debate que permeou esta temática, com diversas colocações. Foi reconhecida, por exemplo, a história local e nacional dos tropeiros, sendo mencionada a existência de um Museu do Tropeiro, em Ipoema - MG, cidade localizada nas proximidades do Parque, justificando a tradição do uso de cavalos na região. Um dos gestores do Parque presente na reunião retomou, para isso, o seu Plano de Manejo, que prevê a manutenção das atividades costumeiras das famílias envolvidas nas questões fundiárias, reconhecendo o uso de cavalos nestas. Além disso, foi resgatado, por outro conselheiro, a necessidade de garantir a atividade econômica dos sujeitos afetados pela existência da UC, reconhecendo o aluguel de cavalos como alternativa viável neste sentido. Outro aspecto mencionado foi a mobilidade entre as comunidades que dependiam deste tipo de transporte para terem contato entre si, o que havia sido interrompido com a proibição da atividade. Para além das demandas de retorno da atividade, também foram ponderadas as formas com que tal atividade poderia ser agregada às ações de conservação, como se pode ver nos seguintes depoimentos na Ata do dia 09/04/14:

“Conselheiro E, colocou que o uso do cavalo mantém as trilhas

sem vegetação, o que funciona como aceiro no caso de incêndio”

“Conselheiro F, lembrou que, em casos de incêndio, cavalos facilitam o acesso a locais e sugeriu que como medida de contrapartida os prestadores de serviço cedam seus cavalos quando de incêndios”

“Conselheiro B, disse que desde 1972 faz passeios no PNSCI, e que é preciso que se vá e volte com consciência, com responsabilidade, passando sempre pela trilha já demarcada, que já bastam as pegadas como estão. Disse ainda que em pontos de atoleiros é necessário criar os desvios, caso contrário, cada um passar por um ponto e aí sim causa degradação e inclusive a trilha deixa de funcionar como aceiro, no caso de incêndio”

“Conselheiro G, colocou que há a demanda por parte dos turistas que não está sendo atendida. Sugeriu que se retome o serviço, o qual é importante para o setor de turismo, que gera emprego, atividade econômica, que se retome e se avance analisando-o e interferindo em pontos que apresentem problemas.”

Após o debate, os conselheiros chegaram a um encaminhamento no sentido de realizar acordos mínimos com os prestadores de serviços, que poderiam oferecê-los por três meses, quando uma nova reunião do Conselho poderia discutir o andamento dos mesmos, avaliando a possibilidade de mantê-los como atividade do Parque, com o nome de Turismo Equestre. Findados os três meses, foi realizado um acordo entre o ICMBio e os prestadores de serviço, que passaram a se organizar em uma Associação.

Esta questão se configura como um exemplo do que há de orientação em relação com a gestão ambiental e com as ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (LOUREIRO et al., 2003). Pode-se perceber, neste processo, a problematização coletiva, o diálogo e a interatividade existente nas reuniões que trabalharam esta questão, buscando ouvir a demanda da comunidade sobre suas atividades econômicas, e também a demanda de turistas, agregando as possibilidades de gestão e conservação na oferta deste tipo de serviço. Além disso, foi reconhecido o valor cultural desta prática, reconhecendo a cultura de cavalgadas e promoveu-se um processo de emancipação dos atores sociais, no sentido de que puderam se organizar em uma associação para promoverem negociações com a gestão do Parque. Na ata do dia 10/09/14, a experiência passou por nova avaliação, em que a experiência

piloto, realizada através de acordos, pôde ser amadurecida, e aprovada por unanimidade como atividade promovida no Parque.

A Educação Ambiental se insere neste contexto no sentido de terem sido promovidas formas de debate e diálogos, e ter sido incentivada a organização dos atores sociais, que construíram a Associação dos Amigos da Serra, se fazendo ouvir, firmando acordos com o ICMBio e os Conselhos do Parque e da APA. Além disso, a manutenção das trilhas foi estabelecida como responsabilidade da Associação, o que demonstra um processo de compartilhamento de responsabilidade, sendo a atividade passível de se discutir ações de conscientização, como é possível observar no depoimento e no Quadro 1, elaborado a partir da Ata de reunião do dia 03/12/14:

“Conselheiro A, conclui este debate alegando que futuramente poderão ser feitos intercâmbios entre Parques, acordos entre associações e assim estabelecidas PPP- Parcerias Público Privadas fomentando a atividade, e não deixando de enfatizar através dela a Educação Ambiental.”

Quadro 1 - Acordos estabelecidos no âmbito do Conselho Gestor e respectivo responsáveis, expressos na Ata de Reunião de 03/12/14.

ACORDOS	RESPONSÁVEIS
Manutenção e estabelecimento da trilha e estacionamentos dos cavalos	ICMBio e proprietários
Apresentação do controle sanitário dos cavalos: Condições mínimas de saúde: exames obrigatórios, condição física e controle de ectoparasitas	Proprietários
Programa de monitoramento da trilha do Turismo Equestre: Controle da erosão e disseminação de espécies invasoras.	ICMBio
Recolhimento do lixo e fezes nos estacionamentos dos cavalos	Proprietários
Turista acompanhado por guia. Número máximo de cavalos por guia: 8, conforme Plano de Manejo do Parque	Proprietários
Ficha de cadastro: Orientações e responsabilidades	Proprietários
Condições de segurança necessária para cavalos e guia	Proprietários
Estabelecimento de procedimento para registro do número de visitantes do Turismo Equestre por dia	ICMBio e proprietários
Programa de capacitação aos guias e condutores da Serra do Cipó	Associação de condutores, ICMBio, Proprietários

Fonte: Elaboração própria

Além deste contexto, outros momentos das reuniões podem ser discutidos quanto ao seu papel na valorização da cultura local, como o caso dos resgates históricos realizados ao longo de diversas discussões, de forma que isso é considerado quando da tomada de decisões. Um conceito discutido ao longo dos debates é o dos “Portais”, que se tratam do conjunto de demandas necessárias para a recepção de turistas, sendo composto por portarias do Parque, estruturas e serviços para a sua recepção, com a preparação da comunidade para este tipo de atividade. Ao proporem uma discussão a respeito da organização de um dos Portais, na localidade de Serra dos Alves, foi realizado um resgate histórico para que a decisão sobre suas estratégias de funcionamento levasse em conta essa questão. Um representante da Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Itabira apresentou aos conselheiros os passos a serem seguidos para a construção do Portal, demonstrando cuidado com as características históricas do local:

“Conselheiro H, mostrou, em fotos, o casario de Serra dos Alves, com construções tombadas pelo Patrimônio Histórico e Cultural, assim como uma casa pertencente ao Município de Itabira, dentro desse espaço urbano, a qual já foi usada como Escola, estando hoje sem utilização e agora sendo preparada e equipada para ser o Centro de Apoio do Portal Serra dos Alves.”

“Conselheiro H, Ocorreu uma reunião com a comunidade de Serra dos Alves quando lhe foi apresentada a proposta da instalação do Portal Serra dos Alves, assim como a criação do Centro Comunitário de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Turístico de Serra dos Alves, que terá como sede/espaço físico uma casa na comunidade de Serra dos Alves, antiga escola municipal, hoje desativada.”

“Conselheiro H, Será realizado um mutirão, para a preparação da casa, com a participação efetiva da comunidade, sendo todo o trabalho realizado por voluntários.”

Este tipo de reconhecimento e cuidado é orientado pela Encea, quando se trata de desenvolver atividades nas Unidades de Conservação, para que se trabalhe o sentimento de pertencimento e se respeite as particularidades locais, uma vez que são ambientes de todos e para todos, indo ao encontro de um dos princípios da Encea, em que as UCs não são apenas espaços de preservação de ecossistemas e seus recursos naturais, mas sim espaços de relações socioambientais, que possuem sua configuração moldada pela sua história, devendo ser integradas ao desenvolvimento regional. Este aspecto foi levado em

conta na Serra do Cipó, quando se buscou desenvolver atividades relacionadas ao turismo, como o Projeto de Travessias do Parque, em que se considerou o conhecimento local para o desenvolvimento desta atividade.

“Conselheiro F, sugeriu que, embora não haja obrigatoriedade de condutor, que se capacite as pessoas do local para fazerem esse trabalho. Salientou o grande potencial econômico dessa atividade, relatando o grande e crescente número, principalmente de estrangeiros de todo o mundo, que vem fazer escalada e montanhismo na Serra do Cipó, e também como essa atividade é efervescente em todo o mundo, o que ele pode constatar no exterior, na Patagônia e outros lugares onde ele esteve em contato com praticantes e observou o grande interesse dessas pessoas em conhecer novos locais pelo mundo, incluindo o Brasil.” Ata de 02/09/15

“Conselheiro I, colocou que a pesquisa científica pode contribuir com a comunidade e mais especificamente com o desenvolvimento turístico do local, ressaltando que a melhor forma de se fazer isto é com a participação da própria comunidade, que deve propor aos cientistas assuntos, temas, objetos de pesquisa de seu interesse. Só assim é possível o resultado de pesquisas realmente atingir e beneficiar o local e seus moradores” Ata de 02/09/15.

Além destas falas, houve outras manifestações a respeito de se ressaltar a importância dos valores culturais da Serra dos Alves, para além dos aspectos naturais, de forma que isso fosse abordado nos materiais que serão disponibilizados, como o Guia do Montanhista, que abordará aspectos históricos e costumes locais, e no próprio cotidiano do Centro Comunitário de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Turístico de Serra dos Alves, buscando tornar este espaço um local de manifestação viva da cultura.

Estes aspectos ajudam a retomar e resignificar a relação entre ser humano e a natureza, cuja tradição é a da separação simbólica, marcada principalmente no caso da Unidades de Conservação. Ao se abordar nas estratégias de gestão ambiental os aspectos culturais, reconhecendo os costumes, história e atividades cotidianas, é possível elaborar caminhos possíveis de mudança desta perspectiva, reconhecendo o fator humano como elemento da equação da conservação. Por outro lado, não podemos deixar de lado, nesta equação, o que sublinha Santos (2016), a respeito de como as restrições de uso e manejo do solo e recursos naturais, inerentes à criação de uma UC, transformam o estilo de vida e atividades econômicas das

comunidades. Isso quer dizer que, mesmo que seja reconhecido os valores históricos e culturais no contexto de gestão, a transformação e ressignificação de atividades ainda assim acontecem, pois atividades antes relacionadas ao extrativismo e agricultura, por exemplo, passam a ceder espaços a novas atividades como o turismo, que passa a colocar a cultura como atrativo. Ele ressalta que novas formas de produção se iniciam, tendo a natureza como matéria prima, transformando as paisagens e a cultura em mercadoria, o que levanta a fundamental importância do poder de decisão dos atores sociais afetados por este contexto.

III. A emancipação dos sujeitos e a participação

O exemplo anterior nos convida a pensar a respeito das possibilidades de incentivar a mobilização dos atores sociais envolvidos, como conselheiros ou não, através da sua atuação junto às UCs. Segundo Loureiro et al. (2007), um dos pressupostos para que se promova uma prática coerente em Educação Ambiental é “liberar o potencial criativo e favorecer a mobilização dos agentes sociais no enfrentamento e resolução de problemas, sabendo situá-los na história e, com isso, gerar outros “níveis” de consciência.” (Loureiro et al. 2007). As ações de mobilização podem ser desenvolvidas e possibilitar aos indivíduos uma intervenção qualificada na realidade, sendo que este processo não se dá de forma espontânea, ou dada. O que se percebe no contexto do Conselho Gestor é que a realidade vivida e a necessidade de resolver conflitos e o atender de demandas é um agente mobilizador, o que pudemos ver no exemplo anterior e nos que analisaremos a seguir.

Na reunião do dia 09/04/14, foi tratada a questão da elaboração de Planos Diretores dos municípios da região da APA e do entorno do Parque, em que se debateu a importância destes se alinharem com as propostas dos respectivos Conselhos quanto ao quesito de ocupação e uso do solo, gerando uma demanda de levar estas questões para os municípios e grupos a que pertencem, discutindo esta temática e trazendo informações de volta para o Conselho. Discutiu-se, também, uma problemática que a APA passa, sobre o acesso à área, em que, devido ao asfaltamento da estrada, vinha sofrendo invasões e depredações em seus atrativos naturais. Reconheceu-se o desafio de normatizar o acesso e

visitação aos atrativos que se encontram em propriedades privadas, posto que não existe uma legislação federal e estadual que regule estas atividades nos municípios, deixando os proprietários desamparados no momento de impedir as invasões. Assim, foi discutida a necessidade de o Conselho da APA se mobilizar e atuar junto aos Executivos municipais e junto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para criar uma legislação Estadual que permita que os municípios criem leis próprias para normatizar e ordenar o acesso a seus atrativos turísticos.

No momento desta discussão a respeito de um Portal, para acesso ao Parque e recepção de visitantes, foi afirmada a importância de se buscar recursos financeiros para garantir tais estruturas, além de reconhecer a limitação de pessoal existente no Parque para garantir esta atividade. Esta demanda criou uma mobilização para se manifestar junto à presidência do ICMBio e à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, via correspondência, solicitando aumento do quadro de servidores. Além disso, criou-se um movimento de emancipação no sentido de desenvolver o turismo na região, reconhecendo o interesse dos envolvidos nesta atividade, como se pode ver no trecho da Ata do dia 09/04/14:

“Encaminhamentos: [...] 4) Envio de correspondência pelos Conselhos às prefeituras do entorno do Parque para que, durante a comitiva de prefeitos a Brasília, no dia 12/05, estes reivindiquem recursos financeiros para a abertura de outras portarias no Parque Nacional da Serra do Cipó, assim como para a implantação de melhorias na infraestrutura, no ensejo de desenvolver o turismo na região.”

Como ressalta Loureiro et al. (2007), este processo se trata de encontrar canais de representação política dos interesses de atores sociais em condições de maior vulnerabilidade socioambiental, sendo o papel do Conselho ir além do descrito em lei, que se resume a ações técnicas como regimento interno, orçamentos, contratos e elaboração de planos de manejo, mas se configurar como um espaço de potencialização da ação política, dando sentido e estimulando as atividades que visam à sustentabilidade da UC. Uma conselheira, representante de uma Associação de moradores, demonstra, em sua fala, o seu entendimento deste papel:

Conselheiro J, As questões das trilhas, visitas ao Parque estão bem encaminhadas. Penso que os Conselhos deveriam discutir mais sobre o uso e ocupação do solo da APAMP tendo em vista a visível expansão urbana, muitos condomínios sendo lançados. Os empreendedores não têm consciência e de grão em grão a expansão imobiliária está “comendo” as áreas de preservação ambiental. O uso e ocupação do solo da APA necessitam de profunda discussão e atuação. Além da expansão urbana há mineração, por outro lado o ICMBio está sucateado, sem recursos, seja humanos (servidores), seja financeiros. A expansão urbana é uma grande ameaça e acho que o Conselho tem discutido pouco isso. ATA 04/03/15

Esta perspectiva é herança do processo de redemocratização do país, quando o cenário político se tornava mais favorável à organização da sociedade civil em torno de debates de diversas temáticas, incluindo a Educação Ambiental (SAITO, 2012). Começava-se a reconhecer a importância da participação dos segmentos sociais na formulação de políticas para o meio ambiente e tomada de decisões, construindo-se, assim, o início de uma concepção de Educação Ambiental voltada para a cidadania e a mediação de interesses e conflitos de diferentes atores sociais (SAISSE, 2013). O espaço da Educação Ambiental na gestão ambiental então se consolidou enquanto proposta capaz de promover o controle social na elaboração das políticas públicas, promovendo a participação da comunidade e se atentando às necessidades e especificidades socioambientais de cada região (LOUREIRO et al. 2003). Como defende Loureiro:

“Um Conselho forte (consultivo ou deliberativo), contribuindo efetivamente na gestão ambiental compartilhada de áreas protegidas, promove o alargamento da democracia, amplia a participação social na vida pública e, conseqüentemente, amplia a dimensão pública para além do domínio do Estado. (LOUREIRO et al., 2007)”

Uma situação relatada pela gestora entrevistada também pode ajudar a compreender sobre maneiras de se agregar a diversidade de atores sociais envolvidos na UCs. Ela se trata do processo de avaliação da gestão das UCs em questão, do ciclo 2014-2018, e planejamento da gestão para o ciclo 2018- 2021. Este trabalho teve como objetivo levantar as percepções dos diferentes segmentos e atores envolvidos sobre a efetividade da gestão das UCs, e coletar, dos mesmos atores, contribuições e subsídios para compor o próximo ciclo de gestão, incorporando-os nas ações prioritárias. A metodologia desta iniciativa se

deu em forma de encontros com as comunidades e localidades da região das UCs, com residentes ou empreendedores, em dois momentos: um de avaliação e um de planejamento. Após esta experiência, e munidos das informações coletadas, o Conselho Gestor se encontrou e processou as demandas, o que foi agregado para um terceiro encontro, agora da Equipe Gestora, com funcionários e servidores públicos e dirigentes do ICMBio, para dar encaminhamento para as reivindicações levantadas. A gestora entrevistada relatou esta ter sido uma das experiências que mais contribuiu nos processos de gestão, por ter significado de fato um movimento de escuta da comunidade:

Entrevistada A: A gente foi em todas as comunidades no entorno do Parque, e perguntamos pra eles: “O que vocês acharam nos últimos anos de gestão do Parque?”. Tem uma metodologia pensada pra isso, o que o Parque e a APA fizeram ou não fizeram, ou deveriam ter feito nos últimos anos. Então foi essa a abordagem. Com todas as comunidades a gente perguntou isso, e a gente ouviu de tudo, desde várias contribuições como a conscientização de que a gente pode organizar pra receber o turista [...]. É muito importante a gente ter essa ciência do olhar deles, pra gente cada vez mais fazer o que eles querem e eles vão querer o que a gente faz, naturalmente. Então isso foi bem interessante, a gente fez essa rodada de avaliação sem apresentar nada e depois a gente fez uma rodada de planejamento junto com eles, pros próximos anos. Pro nosso planejamento vir de uma demanda real das comunidades, e não só do Conselho Gestor, que a gente acha que mesmo o Conselho Gestor acaba sendo ainda restrito [...]. Então a gente fez a avaliação com todas as comunidades, fez planejamento com todas as comunidades, e trouxe isso pro Conselho. Ai o Conselho vendo essa realidade como um todo, ele priorizou. Então o Conselho também achou excelente, achou interessante, porque o Conselho às vezes não vai ter a visão do todo. Nosso planejamento ficou totalmente voltado para a gestão junto com a sociedade.

Segundo ela, esta atividade é uma orientação do ICMBio, indicada para acontecer a cada quatro anos, mas que não se configura como algo obrigatório, sendo que parte da gestão das Unidades o empenho de realizar um planejamento estratégico sob estes moldes. Outro aspecto relevante é o fato de a gestora considerar este um processo de Educação Ambiental, por conter o objetivo de participação da comunidade, relatando que houve ainda o cuidado de promover uma metodologia nas reuniões de forma que os servidores e gestores evitassem opinar, responder ou questionar as colocações das

comunidades, por considerarem, segundo as palavras dela “um momento deles, não um momento nosso”. Resgatando o conceito definido por Quintas (2004), de que a Educação no Processo de Gestão Ambiental se trata justamente de buscar a participação do processo decisório e o exercício do controle social sobre as decisões, o que se apresenta é uma iniciativa educativa dentro desta ótica. A entrevistada relatou também o fato de que é importante reconhecer o tempo de atuação do Conselho para potencializar esta metodologia. Considerando que o Conselho atua numa frequência de biênios, as prioridades estabelecidas neste processo de planejamento foram ajustadas no sentido de também ter o tempo de dois anos como recorte, para cumprir metas. Segundo a gestora, a orientação do ICMBio de se realizar este processo por quatro anos pode deixar lacunas, o que eles buscaram evitar, como descrito na fala da gestora:

Entrevistada A: O enfoque foi isso: “O que o Parque/APA fez ou deveria ter feito?” na avaliação, e no planejamento: “O que que você quer que o Parque/APA façam prioritariamente nos próximos dois anos?”. A gente focou em dois anos porque é o tempo do Conselho Gestor e é um tempo menor pra comunidade lembrar o que ela priorizou e lembrar se foi feito ou não. Pois em quatro anos o Conselho já mudou, então a gente amarrou tudo de dois em dois anos, pra que o mesmo Conselho que planeja ser o mesmo Conselho que avalia no final.

O Conselho pode buscar contribuir de fato na gestão ambiental promovendo espaços de decisão e fortalecimento da democracia, ampliando a participação social. As situações identificadas acima podem auxiliar a dar luz sobre processos em que ocorre este tipo de trabalho, em que alguns dos princípios da Educação Ambiental, como a emancipação, diálogo e representatividade, participação e pertencimento (MMA, 2010) podem tomar corpo na realidade vivida, no ato da resolução de problemas e demandas. É válido lembrar o que explica Santos (2016), que a criação de Parques se deu, historicamente, de maneira alheia às populações locais, não estimulando o diálogo sobre as políticas e objetivos de conservação. O SNUC foi criado com a tentativa de se promover mais ações com o objetivo participativo, mas esta perspectiva ainda é frágil na maioria dos casos. Neste sentido, o PNSCI busca promover iniciativas para que exista participação não só nas decisões internas, mas também que se entenda e participe de um contexto maior que compõe as questões ambientais da região.

IV. O pensamento crítico e a ética ambiental

Nesta categoria de análise, inicio descrevendo uma questão que permeou todos os anos de gestão estudados, em que os gestores discutiram e buscaram soluções coletivas, através da problematização. Na primeira reunião do Conselho do ano de 2014, um conselheiro representante de uma Associação Comercial levantou uma questão a respeito de um terreno de 7000 hectares no município de Itabira, que uma empresa de mineração teria proposto doar para anexar às terras do Parque. Ele realizou um questionamento sobre o porquê de esta doação não ser de fato realizada e a situação estar se estendendo a alguns anos, a ponto de o terreno estar sendo adentrado por gado, e que isso poderia acontecer com a área do Parque. Com isso, iniciou-se uma discussão sobre a questão da compensação ambiental, em que o chefe do Parque alertou que esta possivelmente era uma área de compensação ambiental, em que a manutenção e a garantia de proteção deve ser feita pela própria empresa, em compromisso assumido por ela para utilizar recursos naturais para obter lucro com suas atividades. Segundo consta na fala do chefe do Parque, na ata do dia 09/04/14, transferir esta responsabilidade para o ICMBio, através da doação de terras, significaria “transferir o custo das manutenções para o poder público, ou seja, para o contribuinte, não sendo essa a proposta, o objetivo de compensações ambientais”. Esta intervenção demonstra um forte exemplo sobre os processos de conscientização e o desenvolvimento do pensamento crítico dos sujeitos do Conselho, participando de debates, reuniões e tomadas de decisões. Eles se encontram em um espaço em que colocar questionamentos, dúvidas e buscar solucionar conflitos é o objetivo central. E as soluções que se discutem são elaboradas de forma coletiva, reconhecendo a opinião e importância dos atores sociais envolvidos.

As partes interessadas nesta questão eram diversas, sendo estas o órgão licenciador, que controla o cumprimento de condicionantes, a empresa envolvida, a gestão do Parque, por se tratar de uma área de interesse de conservação, e da comunidade, já que a área poderia funcionar como um acesso para o Parque, com possibilidades de desenvolvimento turístico, sendo exemplificado pelo trecho abaixo:

“Conselheiro K, Ressaltou que a conquista da anexação das terras ao Parque, ampliando-o, bem como a criação do Portal Serra dos Alves, é o resultado de um trabalho conjunto. Destacou as características de grande beleza natural de Itabira e que esse portal trará grandes benefícios ao Município, às suas comunidades. Lembrou da criação do Parque Estadual do Limoeiro, que está aberto à visitação pública e tem recebido muitas escolas, num trabalho de Educação Ambiental. Ele é dotado de centro de apoio a turistas, pesquisadores e à comunidade em geral. O prefeito encerrou sua fala parabenizando ao grupo que tornou isso possível e agradeceu a presença de todos.” Ata 02/09/15

Após estes debates, chegou-se ao encaminhamento de se realizar um convênio entre as partes, de forma que o ICMBio, o IEF, a Prefeitura de Itabira e a empresa fariam uma Gestão Compartilhada para a conservação da área em questão, até que ela seja anexada ao Parque, estando isenta de quaisquer ônus ou compromissos anteriormente assumidos por terceiros ou pela empresa, e com as questões fundiárias resolvidas. O ICMBio deveria, portanto, assumir progressivamente a gestão das terras, em parceria com a empresa e os demais atores, à medida que a transferência acontece burocraticamente. A área em questão se encontra em uma cidade rica em nascentes, sendo a responsável por abastecer outras localidades da região, evidenciando a importância da sua conservação, e esta decisão foi tomada de forma coletiva em que diversos interesses conseguiram ser atendidos, reconhecendo-se e levando em conta, principalmente, as questões ambientais.

Além desta situação relatada, é possível observar ao longo das falas nas reuniões, discussões sobre demais problemas ambientais que concernem o contexto do Parque, dos municípios envolvidos, e do país. Ao surgir, por exemplo, um questionamento a respeito das fiscalizações em relação às irregularidades no território, foi discutida as circunstâncias com que o ICMBio exerce suas funções, com recursos financeiros e de pessoal limitados, quando foi colocado ênfase a respeito da importância da participação da comunidade neste sentido, para colaborar não só com a fiscalização, mas também em se envolver com o retorno dado aos conselheiros, para que direcionem suas demandas para o Conselho. A fala seguinte exemplifica este tipo de debate:

Conselheiro A, Informou que há ainda outros agravantes com relação à fiscalização e à gestão em si. O ICMBio não dispõe de recursos necessários para atuar em todas as frentes, em todos

os problemas. Por isso, as normas atuais dividem as reponsabilidades entre as instituições da União, Estados e Municípios. Mais uma vez, enfatizou a necessidade de se buscar soluções alternativas, criativas, e os Conselhos tem feito isso, tem buscado alternativas. Ele lembrou que a comunidade fez moção a Brasília, cobrando recursos. Ata 02/12/15

Algumas falas dos conselheiros são capazes de exemplificar o quanto o debate e a busca coletiva por soluções para questões da realidade vivida podem se configurar como um momento formativo, em que se explora e desenvolve o pensamento crítico, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos atuantes na realidade. Freire (2011) trabalha a importância de uma prática problematizadora pautada na realidade palpável, que possui caráter autenticamente reflexivo, em que existe um constante desvelar da realidade. O que se busca com o processo formativo é a emersão de uma consciência que faça existir uma inserção crítica na realidade. O autor aborda a noção de quanto mais existir a problematização dos indivíduos sobre seu lugar no mundo e sobre o mundo, maior é o desafio que os coloca em movimento, fazendo-os refletir sobre suas conexões uns com os outros, fazendo questionamentos, resultando em uma compreensão crescentemente crítica da totalidade. Assim se dão as novas compreensões, que se retroalimentam e provocam o estado criativo onde ocorre a educação. Exemplifico, portanto, esta dinâmica que acontece também no cenário do Conselho. No dia 04 de março de 2015, ao conversarem sobre o funcionamento dos Conselhos, seu Plano de Ação e necessidade de revisão, os conselheiros puderam manifestar opiniões e discutir a respeito de problemáticas que os afetam, demonstrando a sua consciência ambiental, na Ata de 04/03/15:

Conselheiro L, São José da Serra sofre com condomínios irregulares. A gente denuncia, denuncia, vai para o Ministério Público, mas a coisa continua, continuam vendendo pequenos lotes, irregulares. O que podemos fazer?

Conselheiro B, O município é omissos com a expansão urbana porque gera renda e voto, faz vista grossa, pois está a olhos vistos.

Conselheiro M, Nossa maior ameaça é o acelerado crescimento urbano desordenado que está acontecendo em toda a região. Há uma Lei recente no Município de Santana do Riacho que exige a construção e vistoria da fossa séptica antes da aprovação da edificação e tem movimento para revogar essa lei.

Entre as conversas informais, ficou evidente a importância da

convivência com o Parque na sensibilização e desenvolvimento do pensamento crítico. Tive contato, por exemplo, com uma trabalhadora do setor de serviços gerais do Parque, cuja moradia encontra-se nas imediações do Parque, demonstrando um forte sentimento de identificação e reconhecimento da importância do lugar. Segundo relata, ela busca sempre se perguntar o que falta para melhorar, como abrir mais acessos a cachoeiras, ou promover atividades de observação das paisagens, como construção de mirantes para observar as árvores floridas da estação. Ela reconhece, porém, as contradições sociais existentes neste contexto e a importância da Educação Ambiental, mencionando que “o brasileiro do jeito que tá não tem educação, não respeita nada, o que é uma pena, porque nesta época do ano as árvores estão todas florindo, é lindo de se ver.”. Santos (2016) pondera o que se percebe neste depoimento, que é o fato de que para os membros da comunidade, os territórios das UCs são configurados a partir de relações de grande significado que amplificam sentimentos de identidade e pertencimento, que fortalecem o vínculo com o lugar.

A participação, seja ela no Conselho ou no dia a dia do parque, aparece portanto como uma das expressões do processo educativo, se constituindo como um pilar fundamental, pois desperta o olhar para a problematização de questões diretamente relacionadas com o cotidiano, que constrói nos sujeitos o sentido de responsabilidade e capacidade de agir em sua própria prática e construção histórica (LOUREIRO et al., 2003).

V. Diálogo e interatividade

A figura do Conselho Gestor se mostra como uma proposta de promover a representação da comunidade nas decisões do Parque, e também uma forma de promover uma conexão e envolvimento entre eles. Incrementar as possibilidades de articulação das ações, principalmente as de cunho político, tem sido relevante no sentido de auxiliar no processo e controle e gestão das UCs. Os grupos sociais afetados conseguem, atualmente, firmar parcerias com movimentos sociais, ONGs e grupos de pesquisa de universidades, por exemplo, que possibilitam o fortalecimento e visibilização de suas propostas mais democráticas (SANTOS, 2016). Por isso, é válido analisar a maneira como esta

comunicação acontece, o cuidado observado no sentido de promover esta ponte e as limitações que ainda existem.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade entende o envolvimento e a participação de todos os segmentos da sociedade e do poder público nos processos de criação e de gestão de Unidades de Conservação como primordiais para tomar decisões que considerem os aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos ajustados às necessidades de desenvolvimento socioeconômico e que promovam a conservação da biodiversidade, tendo as ações educativas e recursos de comunicação um papel importante no reconhecimento e entendimento da importância dessas áreas (MMA, 2010). Um exemplo disso é a publicação resultante da iniciativa “Práticas Inovadoras” (ICMBio, 2014), que consiste em um resumo de experiências dos gestores de UCs, em que reuniram-se 27 experiências positivas de diferentes unidades, e em 19 delas (70%) a temática da participação da comunidade e sua aproximação com a UC é abordada, demonstrando a importância deste tipo de movimento nas estratégias de gestão.

No caso da Serra do Cipó, existe uma tentativa de se aproximar a UC através do uso de redes sociais (Facebook, Instagram) e publicações oficiais como o Boletim Informativo, de periodicidade mensal. Neles são divulgadas as ações administrativas, e as publicações são encaminhadas para voluntários, gestores, conselheiros e outros atores sociais, em que é possível tomar conhecimento sobre ações que ocorrem no Parque. Constam nelas, portanto, as ações prioritárias a serem desenvolvidas nos territórios do Parque, a partir das reuniões de avaliação da gestão e oficinas de planejamento. Isso vai ao encontro do que defende Loureiro et al. (2007), que afirmam que a criação de meios de comunicação com as comunidades, divulgando o trabalho realizado na gestão, permitindo seu envolvimento no processo é uma maneira eficiente de se tornar compreensível o universo da gestão, permitindo aos indivíduos envolvidos o acesso a informações qualificadas sobre aquilo que os afetam. A fala de um dos gestores entrevistados ilustra o trabalho institucional de promover de uma postura aberta ao diálogo, ainda em construção:

Entrevistado A: A direção do Conselho já é essa [de promoção

do diálogo com a comunidade], por exemplo em Serra dos Alves a gente tem uma pessoa que foi eleita pra o Conselho a partir de reunião na comunidade. Então o conselheiro de lá tem atribuição fazer a devolutiva para os comunitários aquilo que é encaminhado para o Conselho. Levar a demanda da comunidade pra dentro do Conselho e devolver o que o Conselho estabelece. É um canal em construção. Mas o processo do balanço de fato foi uma ação afirmativa, que a gestão mesmo marcou as reuniões, agendou, foi e fez. Foram duas rodadas de reuniões.

Na Ata do dia 02/12/15, por exemplo, houve uma discussão a respeito da fiscalização ambiental nas imediações do Parque, para enfrentar problemas como incêndios e arrendamento de pastos. Há um registro de que havia cobranças para que o ICMBio tivesse uma atuação mais rigorosa, havendo uma comparação com as gestões anteriores feitas pelo Ibama, o que despertou, em contrapartida, a seguinte ponderação:

Conselheiro A, explicou que o momento político de nosso país mudou e com ele também as instituições, que tem conhecimento de inúmeras reclamações da sociedade sobre a atuação de questões anteriores do Ibama e ICMBio, vistas como autoritárias e truculentas, fiscalizando e multando, e que nessa época não havia Conselhos, não havia participação da sociedade. A Gestão atual tem outra cara, ela trabalha com Gestão Participativa, promovendo a participação da sociedade, e não apenas fiscalizando, fazendo pressão e intimidando. Ata 02/12/15

Ainda que haja a iniciativa de se promover uma gestão participativa que leve em conta as necessidades do cidadão, ainda é necessário fazer um balanço entre estas e as demandas de gestão, o que pode ainda se configurar como um desafio. Um morador presente em uma das reuniões, por exemplo, mencionou o fato de a comunidade estar se sentindo cada vez mais restrita e impedida de realizar suas atividades costumeiras de lazer, por terem limitações de acesso como cercas, ou de dificuldades de deslocamento. Ele alerta sobre os problemas gerados quando a comunidade se sente expulsa, começando a criar uma relação ruim com o Parque, criando acessos irregulares, escondidos e sem ordenamento, tornando o turismo predatório. As sugestões que surgiram neste momento foi o de buscar promover mais formas de diálogo e orientações turísticas, como exemplificado na fala seguinte:

Conselheiro N, Participamos da Ecoblitz, um trabalho educativo, o turista quando é informado geralmente respeita. A proposta para Lapinha é um Portal com orientação, estabelecer

capacidade de carga para os atrativos e resolver o ordenamento e ocupação do solo.” ATA 04/03/15

A relação existente entre Parque e comunidade foram evidenciados em algumas falas, demonstrando haver um movimento no sentido de promover uma relação que promova o diálogo e interatividade com a comunidade. Este movimento é reconhecido como uma mudança de postura da gestão, na fala do gestor entrevistado:

Entrevistado A: Estou aqui há dez anos...um pouquinho mais. Vim pra aqui assumir a direção da APA Morro da Pedreira, compartilhava a direção da UC como chefia do Parque. Eu sinto que houve uma mudança importante. A comunidade, logo quando eu cheguei aqui, de certa forma temiam, se chegava um carro do Parque, muitos hoje revelam que se escondiam, por medo de serem punidos. De certa forma predominava na região o que a gente chama de “comando e controle”, na perspectiva mais punitiva. Desde quando eu vim pra cá a gente buscou trabalhar uma outra dimensão, na questão de buscar uma tomada de consciência sobre a dinâmica ambiental.

Nas conversas informais tive ainda a oportunidade de perguntar para pessoas envolvidas com o Parque, gestores, conselheiros, ex-conselheiros, sobre sua experiência como representante de algum grupo envolvido com as questões locais. Percebi, em algumas conversas, que existem tentativas de promover uma comunicação e uma espécie de *feedback* para com a comunidade sobre as ações na UC, mas que esse processo ainda apresenta dificuldades.

Em uma conversa informal com uma Conselheira, representante de uma das comunidades envolvidas diretamente com a área do Parque, ela relata uma transformação positiva da visão da comunidade em relação à atual gestão do Parque, em que ela reconhece uma mudança de postura, que agora tem o caráter de promover uma maior aproximação, apresentando uma postura de diálogo e menos punitiva. Em sua fala, ela relata uma imagem de Polícia, antes atribuída ao Ibama, e que atualmente isso mudou, sendo bom reconhecer que “o Parque não está lá num pedestal e a gente aqui com todos os problemas do mundo”. Ela relata também algumas dificuldades no seu papel de conselheira, reconhecendo que as reuniões a que ela tem acesso são muito importantes, melhoram a relação entre a comunidade e o Parque, mas que ainda existem coisas a serem melhoradas. Uma delas é a de que ela sente que a população valoriza pouco o espaço do Parque enquanto lugar de pertencimento, e que

algumas pessoas ainda não compreendem que algumas falhas não dependem apenas dos gestores, como a indenização referente às questões fundiárias, em que ela menciona tentar conversar e fazer uma ação de mediação e conscientização sobre a demora no processo por questões judiciais. Ela menciona, ainda, a demanda de se melhorar a recepção de escolas, com o programa Escola no Parque, discutido anteriormente, e de se aproveitar mais o potencial turístico, como a recepção de escaladores, que buscam muito a região.

Em Brasil (2004) se aborda a questão do histórico de conflitos entre segmentos da sociedade e os órgãos gestores de Unidades de conservação, sendo as complicações fundiárias muito presentes nesta relação. Alguns efeitos disso são a relação pautada por desconfiança, de forma que os segmentos locais podem não reconhecer a pertinência da sua participação e representatividade nos Conselhos. Um fato narrado pelo gestor entrevistado é o privilégio de que no Parque Nacional da Serra do Cipó não houve um histórico de conflito, sendo que a regularização fundiária se deu de forma razoável, demonstrando a peculiaridade do caso em questão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas atividades do Conselho é possível observar aspectos como a gestão de conflitos, a comunicação e divulgação de ações para com a comunidade e a formação dos conselheiros na temática ambiental. A gestão do Parque tem reconhecido a gestão participativa e a Educação no Processo de Gestão Ambiental como parte de suas práticas educativas, sendo a figura do Conselho Gestor central para tal estratégia, colocando o papel da Educação Ambiental para além da recepção de visitantes, mas promovendo o debate e a problematização de interesses, indo ao encontro de uma Educação Ambiental Crítica (LAYRARGUES, 2012).

O que foi possível perceber é a existência de um Conselho Gestor como ambiente de debate e formação, em que a dinâmica de funcionamento permite e potencializa a ocorrência de momentos formativos de variadas maneiras, mas, principalmente, no sentido de analisar coletiva e criticamente as situações, e no exercício do controle social sobre as decisões. Retomo então o significado da instância democrática que é o Conselho Gestor, por reconhecê-la como o lugar

em que atores sociais envolvidos com a temática ambiental se fazem ouvir e tomam decisões pautadas em seus conhecimentos da realidade local, sendo um espaço imediato de exercício da cidadania. Ele se configura, então, como a institucionalização da participação e do controle social na implementação de políticas ambientais. Santos (2016) relembra ainda que esta instância ainda é centrada na iniciativa do Estado, aqui materializada na figura do ICMBio, não partindo das próprias comunidades a luta para conquistas a sua própria participação, o que levanta questionamentos sobre a fidedignidade deste processo, questão pertinente para mais investigações. Ortiz e Pompéia (2005) nos relembra, por exemplo, o fato de que convidar as pessoas para decidir por algo, sem que isso parta da sua própria iniciativa, pode não ser considerado participação.

No caso do Parque Nacional da Serra do Cipó, porém, é possível identificar alguns avanços, quando em comparação com o contexto brasileiro, de forma ampla. Isso porque perdura, em inúmeras UCs um preconceito de mão dupla entre os gestores e as populações locais quando se trata de gestão, devido ao histórico conflituoso de questões fundiárias envolvendo os Parques brasileiros. Se por um lado as comunidades podem não reconhecer nos Parques uma instância em que podem ter poder de decisão, por outro perdura a ideia de que uma instância gestora de composição pluralista representa ameaça ou inoperância, em que moradores e produtores rurais são vistos necessariamente como contrários às políticas de conservação, ou como atores que não detêm de conhecimento que contribua técnica ou politicamente para os trabalhos internos do Conselho (BRASIL, 2004). No Parque estudado é possível ver o movimento contrário a esta tendência brasileira, pois foi possível visualizar variados movimentos em que se busca promover o diálogo, tentando incluir e aproximar os atores sociais envolvidos, através de suas políticas internas de funcionamento. Assim a participação é uma ação que incentiva a organização em redes de apoio, defesa de interesses e o senso de responsabilidade sobre o meio e os seres vivos que compartilham do mesmo espaço. Ao se pensar nas estratégias de gestão, combinar grupos locais e gestores pode resultar em bons resultados, pois, os primeiros podem contribuir com sua presença, articulação entre diferentes atores sociais, conhecimento da dinâmica local e interesse em

melhorias, enquanto os outros podem contribuir com seu apoio técnico e metodológico, articulação com esferas macropolíticas, poderes administrativos, etc. (ORTIZ; POMPEIA, 2005)

Ao se fazer a consideração de que existe um resgate da noção democrática do Conselho no PNSCI, não se deve deixar de lado seus aspectos históricos e particularidades. Ressalto, por exemplo, o histórico razoável de regularização fundiária relatada pelo gestor entrevistado, condição fundamental para a aproximação do Parque e da comunidade, o que deve ser observado com atenção quando da criação de novas Unidades de Conservação. Outro aspecto relevante é a formação dos gestores e sua experiência pessoal em questões envolvendo a problemática ambiental, seja em movimentos sociais, como o gestor “Entrevistado B” ou em outras categorias de UCs mais inclusivas, como o caso da gestora “Entrevistada A”. A atuação, formação pessoal e perspectiva de gestão se tornaram relevantes na sua forma de abordagem no enfrentamento dos desafios de se garantir, por exemplo, a representatividade dos atores sociais marginalizados no processo. Isso corrobora o observado por Saisse (2013), que reconheceu limitações e desorganização nas políticas institucionais, que confia às iniciativas pessoais dos gestores um elemento tão fundamental como a promoção da Educação Ambiental, nos espaços das UCs.

Resgatando enfim, minha pergunta de pesquisa e o objetivo geral deste trabalho, sobre quais são as temáticas, práticas e desafios presentes no contexto de gestão participativa no Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) que dialogam com a Educação Ambiental Crítica, podemos dizer que eles são balizados pelos questionamentos, conflitos e demandas da realidade vivida, tendo sido discutidos nos resultados apresentados. A resolução destes e promoção do diálogo são o motor que movimenta o levantamento de temáticas e discussões capazes de promover uma transformação nos sujeitos. As questões discutidas neste trabalho se tratam de aspectos da realidade direta e imediata dos sujeitos, tomando forma, por exemplo, nas questões de representatividade, nas dificuldades de se promover o projeto Escola no Parque, ou nas discussões sobre o manejo do fogo. Estas foram questões trabalhadas no contexto do Conselho que permitiram o debate, a busca de soluções, o diálogo coletivo e a tomada de decisões. Foram elas que movimentaram os sujeitos e foram capazes

de transformar, em maior ou menor medida, sua visão de mundo a respeito da crise ambiental, além de tomarem consciência do seu lugar e papel no enfrentamento desta.

Quanto à dinâmica de funcionamento do Conselho, o que se percebe é uma participação em termos de representatividade indireta, ou seja, através de representantes da comunidade que fazem parte das tomadas de decisões, sem a participação direta de cada indivíduo. Apesar das iniciativas institucionais para promover a participação da comunidade local, a experiência em campo dá indícios de que ainda há desafios no processo de garantir a verdadeira representatividade dos atores sociais envolvidos, no sentido de estes se enxergarem como pertencentes e capazes de atuar nas dinâmicas do Parque. A problemática de promover uma relação de cumplicidade entre as áreas protegidas e a comunidade coloca o conceito de participação em um lugar de interesse analítico para pesquisas futuras, que busquem maneiras de potencializá-la ou, como afirma Loureiro e Cunha (2008), de “investir em formas de capilarização da participação”, fortalecendo a representatividade dos atores sociais e grupos envolvidos. Identifico, portanto, uma necessidade de se compreender a participação também para além das limitações do Conselho Gestor, na busca de compreender as complexidades sobre o que significa se sentir parte de algo, e como isso se expressa no cotidiano.

Quanto às temáticas sobre Educação Ambiental surgidas em reuniões do Conselho Gestor, o que se percebe é que elas surgem relacionadas aos mais variados aspectos. Como mencionado anteriormente, é a dinâmica da realidade vivida que baliza as temáticas surgidas, de forma que mesmo quando não tratadas objetivamente como ações de Educação Ambiental, as ferramentas teóricas - neste caso, o conceito de Educação Ambiental crítica, as diretrizes do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (Encea) dão subsídio para que se advogue para o fato de que elas se configuram como ações próprias da Educação Ambiental, pois, de forma geral, promovem o pensamento crítico, promovendo a transformação social, estimulam a igualdade, o diálogo e o respeito, utilizando-se estratégias democráticas. Elas trabalham causas, efeitos

e inter-relações das questões ambientais, atribuindo senso crítico nesse pensar. Além disso, os indivíduos que participam deste processo são sujeitos da sua própria vida, quando participam das decisões que lhe afetam, salvo as limitações do processo participativo mencionado anteriormente. É válido lembrar, ainda, que as orientações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a promoção da Educação Ambiental se fundamentam, principalmente, na Encea, e que foi possível encontrar, através deste estudo, a expressão de nuances desta estratégia no cotidiano do Conselho Gestor, sendo ela citada pelo gestor entrevistado como um dos aportes para solução de demandas.

Resgatando o que se entende por uma Educação Ambiental Crítica, e mais precisamente a Educação no Processo de Gestão Ambiental, que tem em seu cerne aspectos como a ação coletiva, exercício da cidadania, gestão de conflitos, a emancipação dos sujeitos, no sentido de participar e atuar no debate que elaboram as decisões que afetam sua própria vida, posso considerar o Conselho Gestor como espaço de relevante expressão desta Educação Ambiental. Neste espaço se concebe a associação do problema ambiental como algo associado ao conflito social, sendo que os debates os quais participam os sujeitos buscam uma constante compreensão dos mecanismos de reprodução social, e reconhecem que a relação ser humano e natureza seja mediada por relações socioculturais. As contradições do modelo de desenvolvimento foram constantemente abordadas, politizando o debate ambiental e articulando as diversas dimensões desta questão, constituindo e agregando na busca da superação da desigualdade e da injustiça ambiental.

7 REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, G.R., ASMUS, M. Sistema de governança em Unidades de Conservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Edição especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro. Vol. 44, fev 2018.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: Narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores** / Luiz Antonio Ferraro Júnior, org. -

Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. 358p.

BECKER, B. Prefácio do livro: **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Antonio José Teixeira Guerra, Maria Célia Nunes Coelho (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.17-19.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Gestão Participativa do Snuc*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. (Áreas Protegidas, 2).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

BRASIL. **Lei Nº. 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 jan. 2019

CALANDINO, D. **Influência da Participação social na Conservação da Biodiversidade em Unidades de Conservação Brasileiras**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2016. 243p.:il

CARDOSO, S. L. C., SOBRINHO, M. V., VASCONCELLOS, A. M. A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2015 jan./abr., 7 (1), pp. 74- 90

CARVALHO, I.C.M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO JÚNIOR, E., COUTINHO, B. H., FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. *In: Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas*. Antonio José Teixeira Guerra, Maria Célia Nunes Coelho (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIOS, C. B., MARÇAL, M. S. Legislação ambiental e a gestão de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da restinga de Jurubatiba – RJ. *In: Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas*. Antonio José Teixeira Guerra, Maria Célia Nunes Coelho (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 173-199

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 253p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. 3. reimpr. São Paulo: **Atlas** 2010. 200p.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. 8ª ed. Campinas, SP. Papirus, 2012. 171p.

GOMES, R., SOUZA, E.R., MINAYO, M. C. S., MALAQUIAS, J.V., SILVA, C.F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de Programas Sociais. / MINAYO, M.C.S., ASSIS, S.G., SOUZA, E.R. (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244 p.

ICMBio. **O PPPEA em Unidades de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade**. 2016a Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/PPPEA_-_texto_explicativo_-_Vers%C3%A3o_2016_12_13.pdf. Acesso em 15/01/2018.

ICMBio. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade** – Guia informativo, orientador e inspirador. Brasília. 2016b.

ICMBio. **Práticas inovadoras na gestão de áreas protegidas**. Gestores empreendedores: Inovação na gestão de Unidades de Conservação. Ed. 1. Ano 2014.

KITZMANN, D. Convergências e percursos formativos em Educação Ambiental. **Anais do VI EDEA** – Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. set 2014.

LAYRARGUES, P. P. Para onde vai a Educação Ambiental? O cenário político ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. In: **Revista contemporânea de Educação**, Brasília, nº 14, p. 398 – 421, agosto – dez 2012.

LOUREIRO, C. F. B., SAISSE, M. V., CUNHA, C. C. Histórico da Educação Ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do Ibama à sua reconstrução no ICMBio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. UFPR, v. 28, p. 57-73, jul-dez. 2013.

LOUREIRO, C.F.B., CUNHA, C.C. Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação. *Revista Práxis*. Vol. 1. enero-junio, 2008, pp.35-42

LOUREIRO, C. F. B., AZAZIEL, M., FRANCA, N. Educação Ambiental e Conselho em Unidades de Conservação. Aspectos teóricos e metodológicos. Ibase: Instituto TerrAzul: Rio de Janeiro. 2007

LOUREIRO, Carlos F. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**.

São Paulo: Cortez, 2004

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação Ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ibama/IBASE, 2003.

MADEIRA, J.A. Plano de Manejo: Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira. Encarte 1. ICMBio. março de 2009.

MEDEIROS, R., IRVING, M., GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *In: Revista de desenvolvimento econômico*. Ano VI. Nº9. Salvador, BA. jan., 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. rev. e aprimorada. São Paulo: Hucitec. 2006

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Diretoria de Educação Ambiental. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC (Encea)**. Versão Final. Brasília. MMA, 2010. Disponível em: <<http://encea.blogspot.com/>>, <www.mma.gov.br>. Acesso em: 25/05/2018.

ORTIZ, M., POMPEIA, S. **Diagnóstico e caracterização por percepção de bacias hidrográficas**. Fundação SOS Mata Atlântica. -- São Paulo, 2005. 91 p.

PELLIN, A.; CARVALHO, G.; REIS, J.C.; PELLIN, A. Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul 2014, pp.344-373.

PIMENTEL, D. S., MAGRO, T. C., FILHO, D. F. S., Imagens da Conservação: em busca do apoio público para a gestão de Unidades de Conservação. **Teoria e Sociedade**. Nº19.2. jul-dez 2011.

PROJETO DOCES MATAS. **Brincando e aprendendo com a mata: manual para excursões guiadas**. Belo Horizonte, 2002. 407p.

QUINTAS, J. S. **A Dimensão Socioambiental na Gestão Ambiental Federal: Uma contribuição para repensar a estrutura regimental do Ibama e do ICMBio**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/SOBRE_A_SECUNDARIZACAO_DA_DIMENSAO_SOCIOAMBIENTAL_NAS ESTRUTURAS_REGIMENTAIS_DO_IBAMA_E_ICMBIO.pdf. Acessado em dezembro de 2018.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Repensar a educação ambiental um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-80.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de Educação Ambiental transformadora e emancipatória. In: Philippe Pomier Layrargues. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. 1ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, v. 1, p. 113-140.

SAISSE, M.V. Sentidos e práticas da Educação Ambiental no Brasil: as Unidades de Conservação como campo de disputa. In: **Anais do VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Rio Claro, SP. 2013.

SAITO, C.H. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania – revendo os desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2ªEd. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 54-76.

SANTOS, A.S.P. Des-ordenamento territorial e Unidades de Conservação. Teses (Doutorado em Geografia) – Departamento de geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p.460. 2016

SERPE, B. M., ROSSO, A. J. Uma leitura piagetiana do papel da percepção na construção do conhecimento socioambiental em trilhas interpretativas. **Schème - Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. vol. 3. nº 5 - jan-jul 2010.

TERBORGH, J., VAN SCHAIK, C. Por que o mundo necessita de Parques. In: SPERGEL, B. e TERBORGH, J. (orgs.) **Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p. 25-35.

VAN SCHAIK, C., RIJKSEN, H. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: SPERGEL, B. e TERBORGH, J. (orgs.) **Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p. 37-51.

VIEIRA, M. P. A., PEIXOTO, M. R. C., KHOURY, Y. M. A. A Pesquisa em História. Ática. 1989

WITT, J.R., LOUREIRO, C.F.B, ANELLO, L.F.S. Vivências em Educação Ambiental em Unidades de Conservação: caminhantes na trilha da mudança. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, V. 30, n. 1, p. 83 – 101, jan./ jun. 2013.

Anexo

Anexo I – Princípios da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Anexo I

Princípios da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Fonte: MMA (2010)

- **Diálogo e interatividade:** as ações de comunicação e EA visam a integração com diferentes experiências e modelos, devendo pautar-se pela agregação de pessoas, de instituições, de metodologias e valores que apontem para benefícios multilaterais e incentivem a cooperação mútua. Visa assegurar o respeito à diversidade de interesses e de vozes, identificando-os e buscando suas possíveis convergências.
- **Emancipação:** encontrando-se aberto ao diálogo e ao conhecimento, espera-se que o sujeito comprometa-se com a transformação social necessária para superar as injustiças e desigualdades socioambientais em busca da construção de uma sociedade pautada pelo respeito, pela participação e pela autogestão.
- **Ética ambiental:** pressupõe a ação do sujeito ao (re)estabelecer e resignificar sua relação com o ambiente, reconhecendo a si e à natureza como integrantes de uma rede de relações dinâmicas, integradas. Aparece em contraposição às visões que colocam de um lado a natureza e de outro o ser humano como sujeito que deve ser beneficiado da relação que aí se estabelece.
- **Isonomia e equidade entre grupos sociais e intrainstitucional:** dotar os desiguais (pessoas e instituições) de igualdade de condições objetivas para participar nos diversos processos relacionados à criação, implantação, redelimitação e gestão de UC.
- **Justiça ambiental:** O Art. 225 da Constituição Federal permeia os princípios básicos da justiça ambiental, onde relata que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O conjunto de princípios que asseguram o tratamento justo e ao envolvimento e participação efetiva de todos os grupos sociais, nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais com sustentabilidade ambiental não impondo a ninguém parcela desproporcional das consequências ambientais negativas ao ser humano.
- **Participação:** fomentar a integração social, fortalecendo as estruturas comunitárias; oportunizar a aprendizagem coletiva; e promover a explicitação de conflitos e diferentes interesses das populações e instituições que ocupam e atuam no mesmo território. Além disso, a participação facilita a compreensão da complexidade socioambiental para a tomada consciente de decisões; proporciona legitimidade às decisões tomadas e facilita a implementação e continuidade das estratégias traçadas.

- **Pensamento crítico:** a Educação Ambiental é um processo eminentemente político que visa estimular a interpretação da realidade histórica e social, a ação transformadora e responsável e a intervenção consciente e intencional na realidade.
- **Pertencimento:** estimula a identificação das pessoas com o território e a necessidade de resgatar nos sujeitos da ação o sentimento de pertencer a um grupo, a um contexto sócio-político e cultural definido e, assim, estimulá-los a interferir em suas realidades.
- **Transdisciplinaridade:** relevância de promover a convergência de conhecimentos e saberes diversos para a elaboração conjunta e integrada de ações. A abordagem transdisciplinar busca a valorização e o diálogo entre os diferentes saberes dos diversos públicos a quem se destinam as ações.
- **UC como cenários sociais:** reflete a compreensão de UC que ultrapassa sua concepção como espaços de preservação de ecossistemas e de seus recursos naturais, mas as considera como espaços de relações socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos pelas tensões e conflitos sociais, integrando-as ao desenvolvimento regional, fortalecendo as interações sociais e a participação cidadã.
- **Valorização da cultura e do conhecimento tradicional local:** respeito e valorização dos diferentes saberes, culturas e conhecimentos de comunidades e povos tradicionais, fortalecimento da sua participação nas instâncias gestoras de UC e da sua inserção em processos de comunicação e Educação Ambiental.

Apêndices

Apêndice I – Roteiro de entrevista

Apêndice II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice I

Roteiro de entrevista com os Gestores

1. *Como a Educação Ambiental é realizada no Parque?*
2. *A Educação Ambiental contribuiu com a gestão do Parque?*
3. *Existe algum trabalho formativo em Educação Ambiental voltado para os conselheiros?*
4. *Vocês utilizam algum documento de referência para promover as práticas de Educação Ambiental?*
5. *Você considera que a participação no Conselho tem algum potencial educativo?*
6. *Você considera o Conselho gestor ativo/participativo?*
7. *É previsto algum retorno dos conselheiros para a comunidade?*
8. *Para você, participar/ser conselheiro tem um papel educativo?*

Apêndice II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMACÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO

Pesquisador Responsável: Gisleine Cruz Portugal

Telefone para contato da pesquisadora:

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa: “Quais são as temáticas, práticas e desafios relacionados à promoção da Educação Ambiental Crítica no contexto de gestão participativa do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG)?” é compreender o cotidiano de trabalho dos gestores ambientais e os desafios que estes encontram ao promover a Educação Ambiental em um Parque Nacional. A pesquisa se justifica uma vez que os Parques são áreas de conflitos e de disputa, ao mesmo tempo que apresenta grande potencial para realização de tais atividades. Além disso, entendemos que o trabalho dos gestores é de mediar forças de interesses diversos, e acreditamos que compreender este processo pode auxiliar na busca de alternativas que contribuam para facilitar este trabalho. O objetivo desse projeto é “Identificar as temáticas, práticas e desafios relacionados à promoção da Educação Ambiental Crítica no contexto de gestão participativa do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG)”. O(s) procedimento(s) de coleta de dados será/serão da seguinte forma: entrevistas com os gestores e análise de atas de reunião do Conselho Gestor. Cada entrevistado participará de uma única entrevista, ou, caso necessário, conversas informais adicionais.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO. Fui informado(a) pela pesquisadora Gisleine Cruz Portugal dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre

e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo () a publicação de eventuais fotografias que o(a) pesquisador(a) necessitar obter de mim, de minha família, do meu recinto ou local para o uso específico em sua dissertação ou tese.

Local e data: _____/_____/_____
_____. Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____